

MORADIA, DIGNIDADE E DIREITO A SER FELIZ

MDDF

SANTO ANDRÉ-SP

TAMARUTACA

*Memória e história
de sua gente!*



TAMARUTACA

Memória e história de sua gente!



FICHA TÉCNICA

Equipe realizadora do livro

Solange Dias de Araújo – Coordenação
Ednilson Ferreira dos Santos – Idealizador
Elena Maria Rezende – Pesquisa, entrevista e autora
Mariângela Devienne Ferreira – Revisão do texto
Renato Ferreira Araújo – Projeto gráfico
Marcello N. de Jesus – Coordenação financeira
Rejane Alves da Silva – Mobilizadora comunitária
William Martins Conceição – Fotógrafo/audiovisual
Rodrigo Jesus Irmão – Fotógrafo
Alex de Sousa Santos – Registro de imagens

Voluntários

Elias Silva dos Anjos
Adevanir Paiola

Diretoria do MDDF

Josenilda Maria da Silva – Presidente
José Marcos Valentim da Silva – Vice presidente
Isabel Daniela dos Santos – Secretária
Cristiana Machado da Silva – Tesoureira
Maria das N. Ferreira – Coordenadora de comunicação
Edna Maria Furlani – Presidente do Conselho Fiscal
Antônio Mateus Costa – Primeiro conselheiro fiscal
Paulo Bueno da Silva – Segundo conselheiro fiscal

Parceria com Museu de Santo André

Dr. Octaviano Armando Gaiarsa

Suzana Cecília Kleeb – Historiadora e museóloga
Elaine Albuquerque – Arquiteta urbanista
Marco Moretto Neto – Diretor de Projetos Especiais e Planejamento – Secretaria de Cultura – PMSA
Mayra Gusman de Souza Brito – Gerente de documentação e preservação cultural – Secretaria de Cultura – PMSA
Rita de Cássia C. de Mello – Encarregada Ação educativa-cultural – Secretaria de Cultura – PMSA
Paulo Tácio Aires Ferreira – Agente cultural – Secretaria de Cultura – PMSA

Colaboradores

Ademir Medici – Historiador colunista do DGABC
Susi Elena Gonçalves Ernesto dos Santos – Jornalista

Contribuições

Amaro Ramos Pereira – morador desde 1977
Antônia Maria da Conceição – moradora desde 1976
Anderson P. Leite – grupo do Samba Solidário
Bene Rosa da Silva – moradora antiga desde 1982
Claudia Andrea Campanhão – arquiteta – DEHAB-PMSA
Cleosmar Fraga Borba – morador – Babá da bicicletaria
Belzinha (Ediza Rosa Fidelis) – moradora desde 1971 fez parte da 1ª Comissão de Moradores
Donjovani Eduardo Francisco – sambista velha guarda da Escola de Samba Vila Alice
Donato Martins Bandeira – ex-coordenador do Programa Criança Cidadão do MDDF
Edivaneide da Silva – moradora
Firmina Maria da Conceição – moradora desde 2004
Guilherme José de Araújo Lima – presidente do Clube Escadão Tamarutaca

Henrique Moreira Bento – morador, liderança comunitária, ex-participante da diretoria do MDDF

Isabel Miguel Alves – moradora

Iraci (Josefa Silva de Sales) – moradora desde 1978

Ivan (Ivanilson Araújo Valentim) – morador, músico de percussão do samba e do trabalho social

Jorge Silveira – morador

João Borges Leal – morador desde 1975 – liderança comunitária

João Bosco – sociólogo – técnico do DEHAB – PMSA

Joca do IPI – morador da Vila Guiomar (in memória)

José Ney Barbosa Sales “Gente Boa” – agitador cultural, músico do cavaquinho

José Valadares Melquiades, conhecido como “Dé” – liderança do MDDF

Katia Maria Bello de Mello – Diagonal – atuou na 1ª etapa da urbanização

Luciana Lessa Simões – arquiteta aposentada – DEHAB – PMSA

Luciane Gonçalves – pedagoga aposentada – Secretaria Municipal de Educação – PMSA

Luiz Carlos Florêncio – morador desde 1970, familiar de seu Guilherme da chácara

Luzinete Rosa Fidelis Ribeiro – moradora desde 1971

Maura Sales de Souza – moradora desde 1971 fez parte da 1ª Comissão de Moradores

Maria Alaíde da Conceição – moradora desde 1976

Maria Geruza de Oliveira – moradora

Maria Dalva Soares da Silva – moradora desde 1985

Maria Damiana de Santana – moradora desde 1988

Manoel Pereira da Silva Filho – morador desde 1985

Maria José Costa Araujo – moradora

Maria Sales da Silva – moradora

Maria Lucia G Pereira – moradora

Maria do Sarau e Rafael – voluntários da clínica odontológica

Marilena Nakano – prof.ª aposentada – FSA - Rede Beija-flor Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André

Maria Aparecida Vieira dos Santos – Assistente Social aposentada DAS – PMSA

Maria Amabile Zuanetti Portugal – assistente Social – DEHAB – PMSA

Maria Lucia Cavendish Cavalcanti Lima – Diagonal - atuou na 1ª etapa da urbanização

Márcia Barros – Grupo do Sarau e grupo de Ballet

Márcia Gesina Oliveira – assistente social aposentada – DEHAB – PMSA

Neilda Maria de Sales – moradora

Pedrina Sales de Souza – moradora – Grupo do Samba Solidário e Projeto Comunidade do Samba Tamarutaca

Ricardo Alvarez – professor aposentado – Fundação Santo André

Robson Rosa Fidelis – morador

Roseli dos Santos Cunha – Gerência Desenvolvimento Comunitário – DEHAB – PMSA

Roberta Rissardi Todesco – Secretária adjunta da Secretaria Habitação e Regularização Fundiária – PMSA

Rosinalva Teodoro da Silva – moradora

Rosana Denaldi – ex-Secretária de Habitação de Santo André – prof.ª UFABC – Centro de Estudos da Favela

Samuel Alves Santos – dentista, músico que toca chorinho em uma camerata e no samba

Sonia Vieira dos Santos – pedagoga aposentada – Secretaria Municipal de Educação – PMSA

Valéria Lima Delaguardia – Gerente de Informações ao Planejamento – PMSA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
AGRADECIMENTOS.....	6
A PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL	7
O APOIO DA IGREJA CATÓLICA NA DEFESA DE DIREITOS	12
AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM RURAL PARA URBANA.....	13
AS FAMÍLIAS QUE CONQUISTARAM SEU DIREITO À MORADIA!	14
O “DIREITO À CIDADE” VIVIDO PELA TAMARUTACA	17
DO CENTRO COMUNITÁRIO PASTORAL PARA O CENTRO COMUNITÁRIO PÚBLICO “IRMÃ ROSINA”	26
A TAMARUTACA HOJE É UM BAIRRO MELHOR E COM MAIS QUALIDADE DE VIDA?.....	27
A EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS PÚBLICOS QUE TRABALHARAM NA TAMARUTACA	28
FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ E A TAMARUTACA	29
A TAMARUTACA NA RELAÇÃO COM O SESC E O MDDF	30
AFINAL DE ONDE VEM O NOME TAMARUTACA?	33
DADOS GERAIS DA TAMARUTACA	33
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA CHEGA APÓS 34 ANOS DO INÍCIO DA URBANIZAÇÃO	34
DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	35
IN MEMORIAM	38
REFERÊNCIAS.....	39

APRESENTAÇÃO

As memórias apresentadas nesta publicação são frutos de um plantio que começou há aproximadamente 50 anos. As rodas de conversa e entrevistas com os moradores revelaram lembranças repletas de saudade, mesmo diante das dificuldades enfrentadas nos primeiros anos na favela Tamarutaca. Prevalce, ainda assim, a emoção da vivência desses moradores, experiências de união e resistência. Muitos expressaram a satisfação em ver realizada a conquista de direitos à moradia popular.

As atividades do projeto “Tamarutaca, Memória e História de Sua Gente” tiveram início em 2019 no âmbito do projeto “Cultura no Meio da Favela”, financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) com a realização de rodas de conversa na comunidade e pesquisas em arquivos de órgãos públicos. Devido à pandemia da Covid-19, a pesquisa foi interrompida em 2020 e retomada no início de 2024. Dessa vez, com novos parceiros: o Museu de Santo André e o Sesc Santo André, além de muitos outros colaboradores.

Para o MDDF (Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores de Favela), o projeto teve como principal objetivo dar visibilidade à história contada pelas moradoras e moradores da Tamarutaca, ressaltando suas lutas por um lugar digno para morar. Esta publicação é mais uma produção em vídeo sobre o tema que ficará à disposição de todos os interessados nas bibliotecas da cidade e no Museu de Santo André, no Sesc Santo André e no Centro Comunitário da Tamarutaca.

“Vamos ouvir as particularidades do local.

Estamos resgatando e registrando esses saberes, que se tornarão uma herança para as novas gerações”, explica Josenilda Maria da Silva, presidente do MDDF.

A história do MDDF e da Tamarutaca se entrelaça a partir de 1988. Naquele ano, moradores uniram forças com outras lideranças na luta coletiva pela moradia popular, buscando garantir seus direitos e conquistar uma vida digna.

O projeto é uma iniciativa do MDDF, selecionado em edital da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativa e do Programa de Ação Cultural (ProAC) do Governo do Estado de São Paulo, e tem por objetivo conhecer e compartilhar as histórias dos moradores de uma das favelas urbanizadas mais populosas de Santo André, na região do Grande ABC Paulista.



AGRADECIMENTOS

Principalmente a todas as moradoras e moradores da Tamarutaca.

Aos profissionais que já trabalharam e trabalham na Prefeitura Municipal de Santo André, especialmente aos da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e de Assistência Social.

A todas as pessoas que cederam seu tempo para dar entrevistas sobre a Tamarutaca.

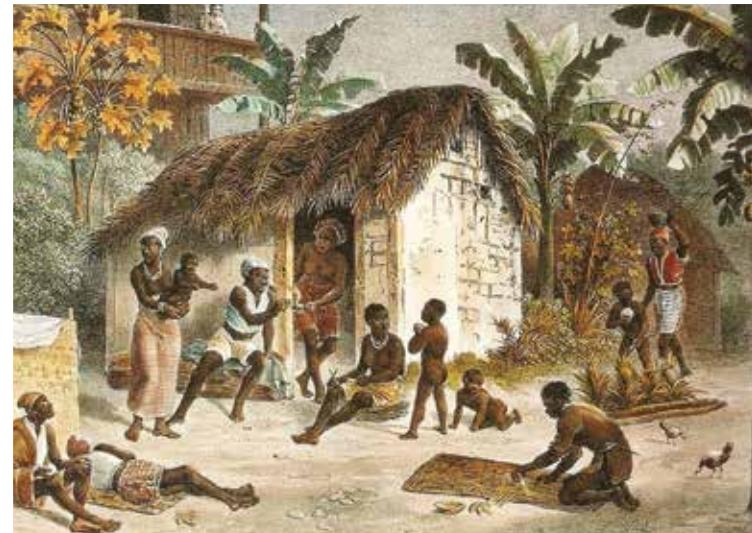
Ao Sesc Santo André, pela colaboração e parceria com o MDDF.

Ao memorialista Ademir Medici, que gentilmente colaborou e apoiou esta pesquisa.

À diretoria, à equipe do projeto, aos colaboradores e voluntários do MDDF.

A PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

Para entender a origem da “terra” onde nasceu a comunidade da Tamarutaca é preciso compreender como se deu a aquisição das terras no Brasil. Desde o período colonial, a prática foi de expulsar os povos indígenas de onde viviam e de explorar cruelmente o trabalho dos povos negros, que foram sequestrados do continente africano. Um pouco antes, em 1888, quando é assinada a atrasada carta de “abolição dos escravos” (que mais tarde seriam colocados nas ruas sem nenhum tipo assistência), outra lei marcou ainda mais as injustiças sociais: a lei de terras, de 1850. Ela foi aprovada para criar obstáculos e impedir de se tomar posse ou se comprar qualquer terra devoluta. Ou seja, terras “sem donos”. Isso fez com que os que já tinham posse de terras - e sabiam ler e escrever - crescessem imensamente em riquezas e poder político.



Quadro de Rugendas mostrando habitação de escravizados

Fonte: <https://studhistoria.com.br/quiz-testes/habitacao-de-negros-de-rugendas/>



Com a “abolição da escravidão” em 1888, os ex-escravizados foram deixados à própria sorte, sem recursos ou moradia, fazendo com que muitos fossem morar em morros e cortiços. Em 1893, a administração municipal do Rio de Janeiro, cidade que na época era a capital do Distrito Federal, decidiu remover e expulsar 4 mil pessoas dos cortiços, “varrendo” os pobres e tentando “civilizar” a área central do município. Sem alternativas, essas famílias ocuparam áreas de difícil acesso, como o Morro da Providência, também conhecido como Morro da Favela.

Povo Laklânô/Xokleng junto com colonos alemães, em 1929

Fonte: Leonardo Cristiano Gieseler



Nome popular: favela, faveleira, favela-de-cachorro

fonte: https://nema.univasf.edu.br/site/index.php?page=newspaper&record_id=31

O nome “favela” deriva de uma árvore, cuja espécie tem entre 3 a 5 metros de altura, pertencente à família das seringueiras, com favas e espinhos que grudavam na pele.

O surgimento das favelas em São Paulo e em outros locais do Brasil deixam clara a sua relação com o agravamento das condições sociais e econômicas, refletindo a profunda desigualdade no Brasil. Na região do ABC Paulista, outrora importante polo industrial, a história da busca pela moradia se deu de forma semelhante. De acordo com dados da Prefeitura de Santo André, obtidos por meio do Programa Viva Cidade, que realizava reuniões com moradores sob a supervisão do jornalista e memorialista Ademir Medici, é possível traçar um panorama histórico:



Século XVIII, tinham início os primeiros assentamentos chamados de “bairros africanos”. Estes eram os lugares onde ex-escravizados sem terras e sem opções de trabalho iam morar.

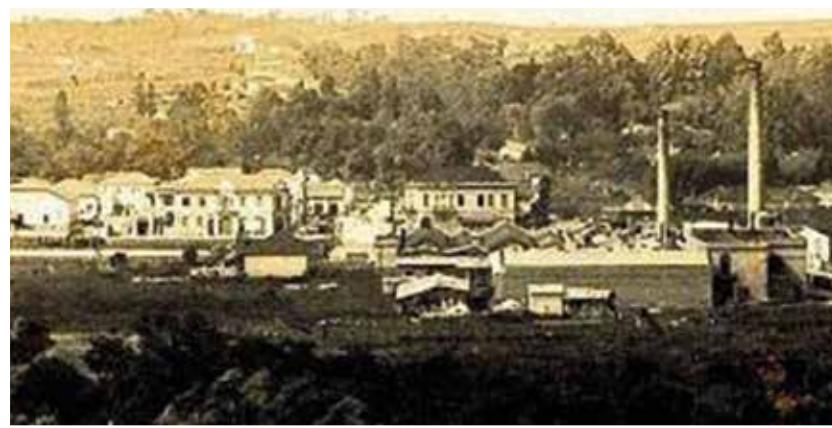
Fonte: <https://www.vidaeaprendizado.com.br/artigo.php?id=592>



Morro do Pinto - Margem da Lagoa Rodrigo de Freitas – 1922 no Santo Cristo.
Fonte: Fotos Antigas do Rio de Janeiro

“Os primeiros loteamentos ocorreram a partir da década de 30, em 1934 se implanta o loteamento Príncipe de Gales. As fazendas (rurais) vão cedendo lugar aos bairros (urbanos). Principalmente com a chegada dos imigrantes europeus. Os loteadores abriram 16 fornos de olarias na região. Os tijolos e telhas eram oferecidos em campanhas de divulgação para os novos proprietários. Nos anos 50 a explosão demográfica do ABC acelera a venda de lotes. Nos anos 60 são implantadas as faculdades (Fundação Santo André e Faculdade de Medicina ABC) e surgem as duas primeiras favelas da cidade: Quilombo I na Vila Palmares (1966) e a favela Sacadura Cabral (1968). E na década de 70, surge a terceira, a favela Tamarutaca. E a região torna-se uma das mais populosas da cidade.”

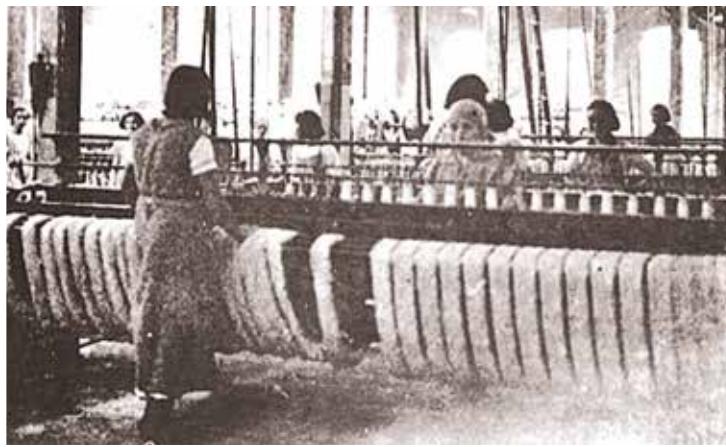
Em 1920, Santo André, por sua vez, tinha atraído grandes indústrias têxteis como a Ypiranguinha e a Kowarick, na Vila Assunção. Para garantir trabalhadores qualificados, elas ofereciam como moradias as Vilas Operárias. Mas para a grande maioria dos operários restava o destino de morar nos cortiços fadulentos e insalubres, lugares que geravam epidemias de doenças (tifo e verminose). Nessa época, havia muitas revoltas populares e o crescimento da organização sindical se fortalecia.



Região do centro de Santo André, A direita a Fábrica Kowarick, Vemos também a Queiroz dos Santos.

Foto: Manoel Santos

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1474706455882098&set=gm.885339001598258>

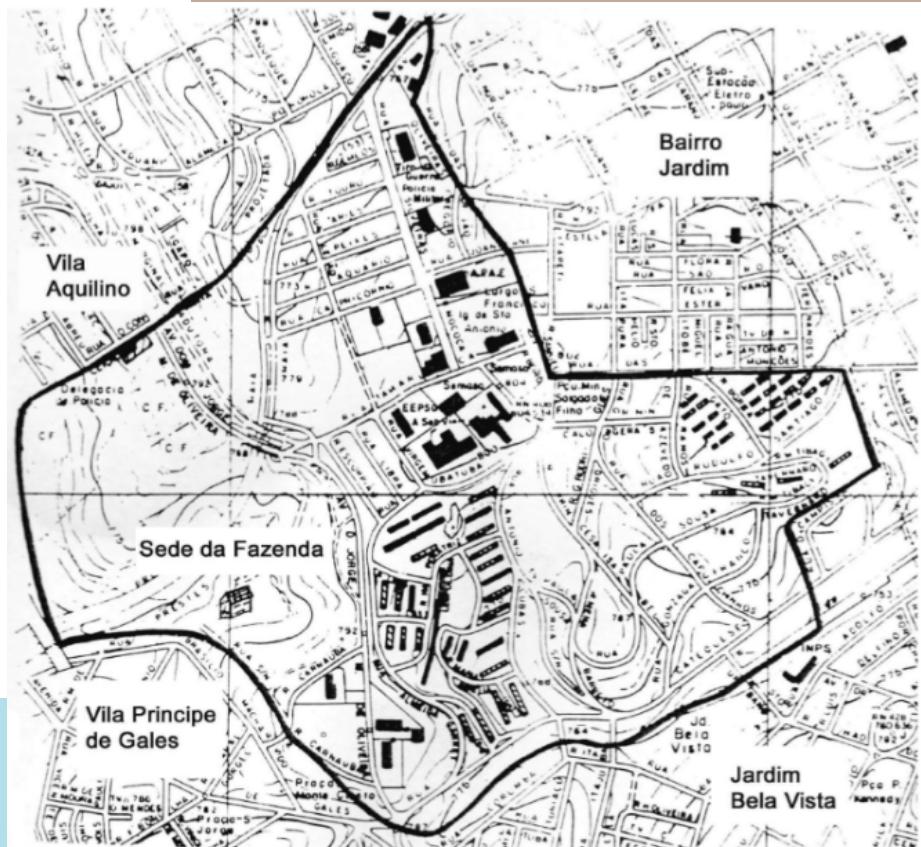


Fiação da tecelagem Santo André, de Alfredo Flaquer & Cia, fundada em 1908, produtora de colchas e cobertores de algodão.

FONTE:

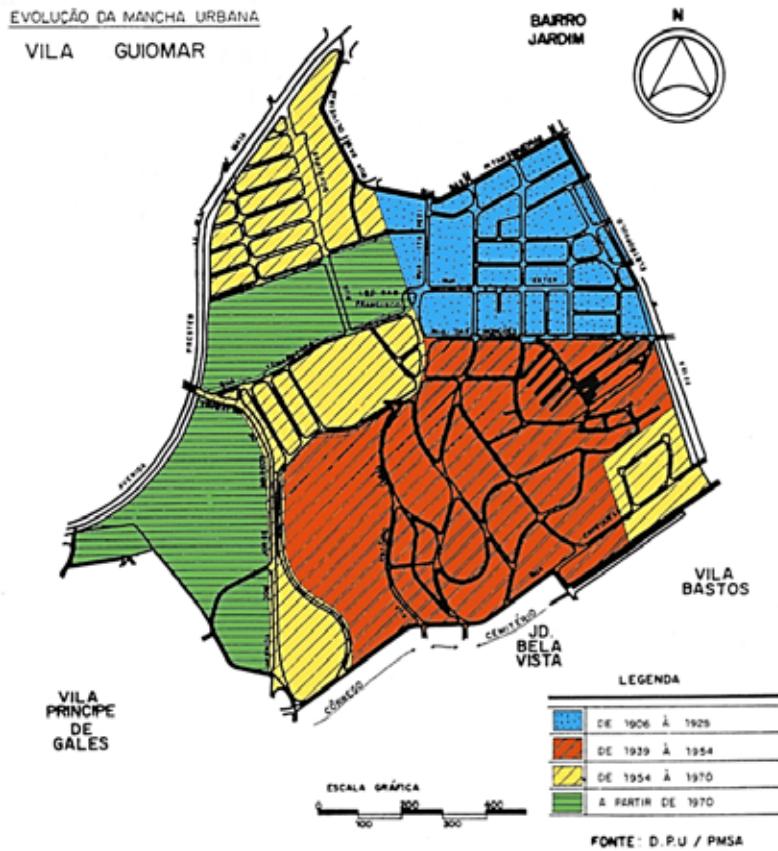
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1474706455882098&set=gm.885339001598258>

Em 1930, o governo populista de Getúlio Vargas cria, pela 1ª vez na história do Brasil, um “programa de moradia popular” e transfere dinheiro a Prefeitura de Santo André para desapropriar grandes áreas de fazendas e sítios no bairro da Vila Guiomar para construir Conjuntos Habitacionais para Operários, até hoje conhecidos como os “predinhos do IAPI” - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. E é justamente uma parte dessa grande área, que estava meio abandonada, conhecida como Chácara do seu Guilherme, foi onde nasceu a Tamarutaca.



Área provável da Fazenda Sítio Casa Grande depois conhecida como Fazenda Guiomar

FONTE: PEREIRA, 1992.



Bairro da Vila Guiomar identificando os usos da terra – área da Tamarutaca.

FONTE: PEREIRA, 1992. Citado por Cintia Pessolato - dissertação mestrado - USP- SP



Conjunto de Prédios do IAPI na Vila Guiomar em Santo André - décadas de 1960/70

FONTE:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=10220381272509255&set=gm.2176370879161724>

Entre 1920 e 1940, havia muitos sítios em grandes extensões de terras, na zona rural em Santo André. O Sítio Casa Grande era uma gleba de mais de um milhão de metros quadrados, com lago e plantações de uva, laranja e pêra. No ano de 1931, os proprietários eram o médico paulista José Gonzaga Franco Filho e sua esposa, Guiomar de Campos Gonzaga. Segundo antigos vizinhos, o nome do bairro Vila Guiomar foi em homenagem a ela. Segundo Ademir Médici (1989, p.31), o bairro quase se transformou em estância climática devido à qualidade do ar, da altitude de 841 m, a água potável e mineral, mas o projeto nunca foi implantado.

No início da década de 1930, o parque industrial cresceu de forma significativa no município. O governo federal decidiu investir na construção de conjuntos habitacionais para os operários de Santo André. O Sítio Casa Grande foi sendo repartido até sobrarem 920 mil metros quadrados, comprados pelo IAPI. Esse enorme conjunto habitacional foi um marco importante na história da habitação popular da cidade. Em 1955, residiam cerca de 162 mil habitantes. O projeto do conjunto habitacional foi feito pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira e foi considerado modernista e inovador para a época, ganhando reconhecimento nacional e internacional. Segundo Cintia Pessolato, que pesquisou sobre o conjunto do IAPI:

"Na década 70 parte da área desapropriada pela Prefeitura também foi cedida para escolas públicas e privadas, para a creche Amélia Rodrigues, o reservatório de água, a Igreja Santo Antônio, a APAE, o SESC Santo André, clubes, a escola de Samba Ocara Clube, uma unidade de Saúde da Vila Guiomar, o Tiro de Guerra, entre outros."

Quase no mesmo período, a Cooperativa Habitacional do ABC (Metalúrgicos de Santo André) adquiriu terras e construiu o conjunto habitacional Zodíaco. Nessa época, a região do ABC recebia muitos operários para trabalhar nas multinacionais e na construção civil, que atraíam milhares de migrantes vindos, principalmente, do nordeste do país. Chegavam em busca de emprego, fugindo da fome, da seca e da miséria.

Entre 1970 e 1980, surgem as maiores favelas na região. A primeira constituída foi a Quilombo dos Palmares; a segunda, a Sacadura Cabral e em seguida, a Tamarutaca. A crescente demanda por moradia levou à ocupação da antiga sede do sítio Casa Grande pela Tamarutaca em 1970, que se tornou a maior de Santo André. Em 31 de janeiro de 1978, a área foi desapropriada pela gestão do então prefeito Lincoln dos Santos Grillo (Lei Municipal nº 4908, de 3 de setembro de 1975).

10

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
CERTIDÃO DE TOMADA DE CONTAS
CERTIDÃO N° 310 11/01/82
SECÇÃO DE TOMADA DE CONTAS E COBRANÇA AMIGÁVEL

O Chefe da Secção de Tomada de Contas e Cobrança Amigável da Prefeitura Municipal de Santo André na forma da lei.

CERTIFICA, em virtude de pedido da Procuradoria, através do processo nº 3.130/79, e nos termos das informações no mesmo examinadas, que as áreas do I.N.P.S., adquiridas pela Prefeitura Municipal de Santo André, perfazem um total de 453.148,14 ms2. (quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e oito metros e quatorze decímetros quadrados), com o valor venal para o exercício de 1.982, de CR\$ 617.885.932,00 - (seiscentos e dezessete milhões, oitocentos e - oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois cruzeiros), assim discriminadas: Área 1 - 36.840,00 ms2. valor venal CR\$ 50.232.839,39 ; - Área 2 - 264.805,89 ms2. - valor venal CR\$ 361.073.608,61; Área 3 - 39.280,25 ms2. - valor venal CR\$ 53.560.219,58 ; Área 4 - 1.138,00 ms2 - valor venal CR\$ 1.551.709,32; Área 5 - 5.310,00 ms2 - valor venal CR\$ - 7.240.401,12; Área 6 - 47.720,00 ms2. - valor venal CR\$ 65.068.162,20 - Área 7 - 15.360,00 ms2. valor venal CR\$ 20.943.985,15; Área 8 - 14.160,00 ms2. valor venal CR\$ 19.307.736,31; Área 9 - 14.845,00 ms2. - valor venal CR\$ 20.241.761,69; Área 10 - 6.756,00 ms2. valor venal CR\$ - 9.212.080,97; Área 11 - 840,00 ms2. valor venal CR\$ 1.145.374,19 ; - Área 12 - 693,00 ms2. valor venal CR\$ 944.933,71; Área 13 - 5.400,00 ms2 valor venal CR\$ 7.363.119,76. O referido é verdade. Prefeitura Municipal de Santo André, 14 de janeiro de 1.982. Eu Vasti C. de Lima

(Assinatura)
Arnaldo Arsenio Barbosa
Chefe da Secção de Tomada de Contas

LO REGISTRO DE IMÓVEIS
SANTO ANDRÉ
MACROFILME N°
64183

Certidão Cartorial da área desapropriada do INPS
pela Prefeitura de Santo André (1982)

FONTE: Processo nº 3.130/79 - PMSA



Antiga casa sede do Sítio Casa Grande; acima, após tubulações, a antiga usina de piche para asfaltamento.

FONTE: imagem de Dejair Ferreira publicada grupo do Facebook Fotos Antigas de Santo André (2015).

O APOIO DA IGREJA CATÓLICA NA DEFESA DE DIREITOS



Dom Cláudio Hummes reza missa para metalúrgicos em greve no ABC, em 1979

FONTE: Foto: Fernando Fereira/CPDoc JB

Em reconhecimento às injustiças sociais, o então bispo católico diocesano do ABC, Dom Cláudio Hummes, mobilizou padres e religiosos para que apoiassem a comunidade da Tamarutaca, incentivando-os a promover ações sociais, por meio das comunidades de base e pastorais, incluindo a pastoral do mundo do trabalho, das favelas e da saúde. A Paróquia Santo Antônio oferecia um serviço de enfermagem e consultas médicas, realizadas por voluntários, além de medicamentos aos moradores da Tamarutaca.

Inspirados pelo documento de Puebla do Vaticano (da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1979), que enfatizava “a opção da Igreja pelos pobres e jovens”, muitos moradores da comunidade apoiaram a realização de um Congresso Nacional dos Favelados. Em 1980, entre os dias 2 e 4 de maio, na Paróquia Santo Antônio¹, ocorreu o evento, que contou com a participação de 300 pessoas e foi coordenado pelo padre Emílio Rubens Chasseraux, sempre ativo na defesa dos direitos dos moradores das favelas da cidade. Em 1984, foi criado um sacolão para a venda de alimentos com preços mais baratos para os moradores da comunidade.

A Pastoral das Favelas contribuiu com a criação do MDDF (Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados) em 1987, reivindicando o direito à posse e à regularização da posse da terra e melhores condições de vida aos moradores de favelas. No mesmo ano, a prefeitura de Santo André promoveu demolições de barracos na Tamarutaca. As madeiras das casas eram retiradas. Moradores vizinhos ateavam fogo em barracos, na intenção de inibir novas ocupações. Uma das primeiras diretorias do MDDF teve como vice-presidente Delmino, morador da Tamarutaca. Junto com ele, estiveram a dona Belzinha (Ediza Rosa Fidelis), Marlene, Izabel, Dona Francisca.



Assembleia Tamarutaca

FONTE: MDDF

¹ FONTE: Livro de Tombo: registros desde a fundação da Capela, aberto em 08/03/49 – por PASCOM Celina Leal dos Santos

Um testemunho da situação da classe trabalhadora que migrou do Nordeste para o ABC atrás de trabalho, tendo de se submeter a inúmeras explorações, vem da memória de Cleosmar Fraga Borba, conhecido como Babá:

"Meu pai veio logo no início da ocupação da Tamarutaca, veio para trabalhar. Conseguí emprego em São Bernardo do Campo, na indústria química da Fontoura, que passou a ser Anakol e agora chama Kolinos. Ele saiu daqui da Tamarutaca para ir a pé para Anchieta, todos os dias. Ele recebia vale de transporte, mas como tinha muito gasto, muitos filhos pequenos, economizava o vale de transporte. Ele ficou doze anos indo a pé."



Babá da Bicicletaria, 2024

FONTE: Elena Maria Rezende

AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM RURAL PARA URBANA

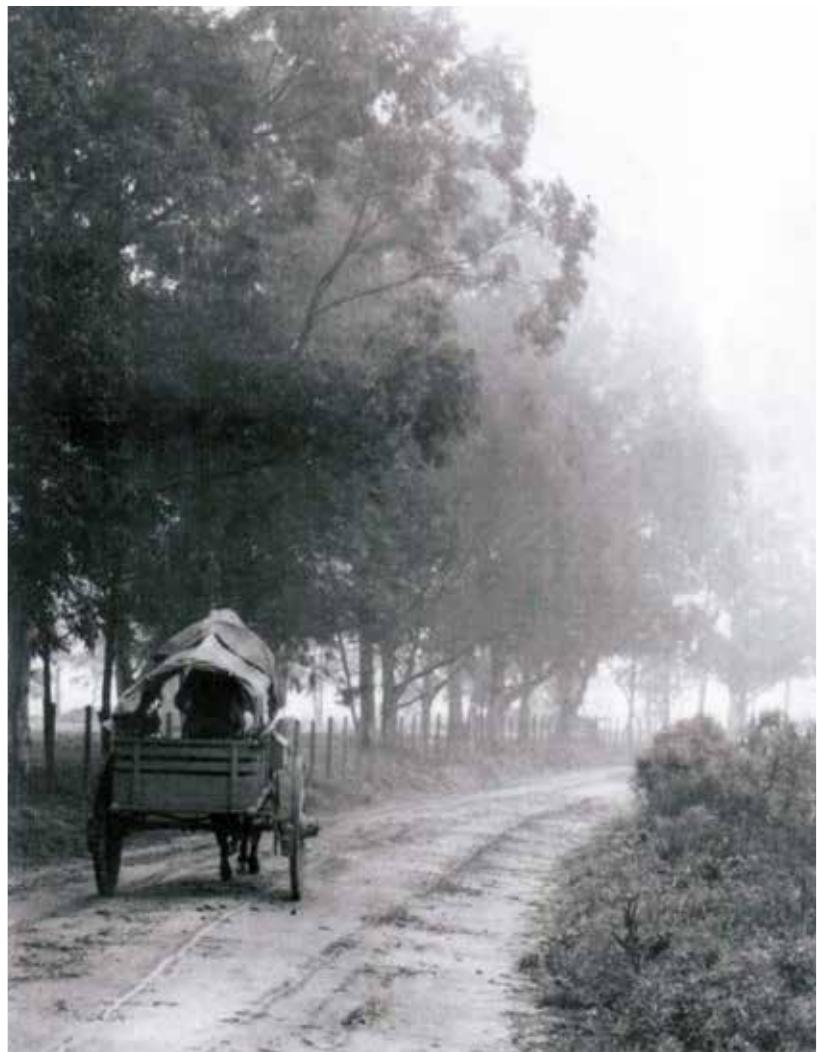
Moradores que viveram ou ainda vivem na Tamarutaca se lembram das grandes árvores de eucalipto plantadas na região, tanto para gerar renda quanto para drenar uma área muito alagadiça, já que essas árvores absorvem grandes quantidades de água do solo. Embora não sejam nativas da Mata Atlântica, a espécie atraía aves como as araras, conforme recorda-se Babá:

"Via até quatro casais dessas aves frequentemente circulando pela área".

Por conta da chácara que existia na região, a mata era abundante, o que proporcionava condições para a manutenção das nascentes de água, as quais eram conhecidas como "bicas" pelos moradores, cerca de cinco na região. Essas bicas foram essenciais para o abastecimento dos primeiros habitantes da Tamarutaca. Moradores relatam que havia muitas árvores, bicas, riachos, além de um campinho de futebol. Havia plantações de café, bananeira, jabuticabeira, além de feijão e mandioca. Criavam-se porcos e galinhas.

Dona Belzinha se recorda:

"Tinha um riacho com peixes pequenos, que dava para pegar com uma peneira e a gente pescava. Tinha tábua; a gente fazia colchão e rede. A gente até ensinava a pescar."



Rua Tamarutaca

FONTE: Foto Emilio Shoeps

Babá lembra também do rio que passava entre as ruas Prestes Maia e Teresina e que foi canalizado:

"O rio (Beraldo) foi fechado e agora passa a avenida Prestes Maia em cima dele. Tinha um rizinho dentro da Tamarutaca também, que eu acredito que era um 'olho' de mina que saía de dentro da chácara. Era muito pequenininho, mas era uma água límpida; não era água suja, estragada. Mas, quando tinha chuva forte, alagava".

Em um curto espaço de tempo, a urbanização rápida do bairro não foi capaz de preservar os bens naturais do local. "Era lugar de lazer e pescaria, muito bom", recorda-se Donjovani Eduardo Francisco, um dos criadores da Escola de Samba da Vila Alice, instalada no território. Ele se refere à "Lagoa do Garcez", próxima ao Sesc. Outros moradores já disseram que esse mesmo lugar era um brejo, uma capoeira.

O memorialista Ademir Medici cita

"que a necessidade da passagem dos trilhos do famoso bondinho dos Pujol, que interligava os Distritos de Santo André e São Caetano, foi a justificativa para canalizar o córrego do Beraldo. Atualmente, se localiza no cruzamento da Alameda São Caetano com a Avenida Prestes Maia, altura dos bombeiros".



Lagoa formada pelo represamento das águas do Córrego Beraldo, na década de 1920.

FONTE:
Acervo: Ângelo Padovani/Anton Pohl. Publicada na coluna Memória em 8-1-2009.

AS FAMÍLIAS QUE CONQUISTARAM SEU DIREITO À MORADIA!

Luiz Carlos Florêncio e sua família moram na antiga casa sede da "Chácara do Guilherme" - hoje Praça Anita Garibaldi. Ele é testemunha viva dos primeiros barracos que se instalaram na Tamarutaca. Luiz é filho de um dos caseiros que permaneceram na chácara até o início das ocupações. Segundo ele, havia um senhor chamado Guilherme que residia na propriedade "para tomar conta da chácara"; depois ficou o 'seu Toninho'. Aos poucos, o caseiro teria permitido a entrada de mais famílias para morar na terra, inclusive alguns eram operários e trabalhadores que ajudaram a construir a Fundação Santo André e a Fundação Medicina do ABC, em 1969.



Família do Sr. Luiz Florêncio, a filha Lilian de Araújo e a esposa Iraci Nunes de Araújo Florêncio, juntos na antiga casa sede da Chácara do seu Guilherme.

Fonte: Elena M. Rezende

Dona Maura Sales de Souza, dona Belzinha, João Borges Leal e Amaro Ramos Pereira foram uns dos primeiros moradores da Tamarutaca. Contam que em meados de 1976, aproximadamente umas 15 famílias construíram seus barracos na Tamarutaca. Alguns moradores relatam que “as ocupações começaram após o anúncio de que a Prefeitura iria lotear a área”. O local onde existia uma antiga fábrica de piche, hoje conhecido como Mocó, teria sido o primeiro espaço a ser ocupado. O número de barracos crescia rapidamente e, para dar lugar às moradias, foi necessário o corte de árvores.



Segundo o padre José Mahon, que dedicou 55 anos à Diocese de Santo André e ficou conhecido pela defesa das causas operárias, a cidade de Santo André via um crescente surgimento de favelas em década de 70: Sacadura Cabral, Tamarutaca, Parque Capuava, Sítio dos Vianas, Jardim Carla, Cidade São Jorge, Gamboa e outras. As pessoas vinham do interior de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia e de outros estados do Nordeste. Não tinham condições para comprar um terreno. Era relativamente fácil arrumar emprego nas fábricas que cresciam, como a Ford, a Volkswagen, Pirelli, Brastemp e Rhodia. Vinham com mulher e filhos pequenos. “Como eles iam comprar um terreno e construir uma casa?”, questionava Padre Mahon.

Alguns barracos da Tamarutaca foram construídos como palafitas, em cima do rio Bernaldo. Dona Belzinha se lembra que a iluminação vinha de lampião ou lamparina com querosene e pavio. Por conta da fumaça preta, recorda, “as crianças ficavam ‘tingidas’ no cabelo e nas sobrancelhas”. A coleta de esgoto não existia, fazendo com que muitos



Sede do antigo Sítio Casa Grande, conhecida também como “Chácara do seu Guilherme”

FONTE: Luiz Florêncio

Antes de iniciar a urbanização da Tamarutaca – 1991

FONTE: PMSA

recorressem às águas das bicas ou a fossas. Mas a grande maioria despejava o esgoto *in natura* no rio

“As ruas tinham muita lama, o esgoto era a céu aberto. As crianças ficavam doentes, com vermes, e o posto de saúde ficava superlotado”, diz dona Belzinha.

Em julho de 1977, Cida Vieira era assistente social da Prefeitura de Santo André e conheceu a Tamarutaca. Ela diz que foi designada para atender aos moradores por meio do serviço social. Lembra que eles “se sentiam acolhidos, pois passavam por grandes necessidades e precisavam de alento”. Um fato surpreendente que foi recordado envolveu dona Orelice. Diante da demora da chegada da água canalizada, resolveu ela, sozinha, cavar um poço “de mais de 20 metros” para ter água.

Segundo relato de vários moradores, em 1979, chegou a energia elétrica na Tamarutaca, depois de um abaixo-assinado com a reivindicação feita pelos moradores. A água levou mais tempo. Somente em 1984 foram instaladas duas torneiras públicas na favela, que a comunidade chamava de "chafariz". Uma ficava próxima ao bar da Dorinha e outra perto da fábrica de piche. Em frente à casa da dona Belzinha havia um bar onde as cartas e as primeiras contas de luz eram entregues. O asfalto chegou em 1987.

Nos anos de 1980, Donjovani Eduardo Francisco, um dos fundadores da Escola de Samba Vila Alice, lembra que a maioria dos integrantes da agremiação era negra e vinha da Tamarutaca:

"Eram nordestinos, negros, pessoas com situação econômica bem complicada; já tinham alguns barracos aqui. Eles faziam nossas fantasias e a gente dava as fantasias para eles de graça. Era um lugar muito simples, mas de pessoas muito honestas. O pessoal da Tamarutaca tomava conta da escola de samba".



Donjovani Eduardo Francisco, 2024

FONTE: MDDF



Comissão de Frente da Escola de Samba Mocidade Fantástica da Vila Alice

FONTE:
Donjovani Eduardo Francisco



João Borges, Pedrina e sua mãe, dona Maura Sales

FONTE: MDDF

Diante dos desafios, os moradores da Tamarutaca eram determinados, corajosos e muito unidos. Criaram uma Comissão de Moradores, da qual participaram as moradoras e moradores: dona Maura, dona Belzinha, dona Zefa, o Tiãozinho, a Lia, dona Marlene, Rosa, dona Francisca, seu Abílio, Carlão, Barbosa, João Borges, Edmilson e Vilani. Era um bom time, que lutava ativamente por melhorias.

A Comissão tinha uma pequena sede, que ficava em frente à casa da dona Belzinha. Promovia compras comunitárias e administrava doações de cestas básicas que chegavam por meio da Acisa (Associação Comercial e Industrial de Santo André) e "eram doadas aos que mais precisavam", conforme conta dona Maura. A Craisa (Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André) também doava alimentos, como legumes e verduras, à comunidade.

Pedrina Sales de Souza, filha da dona Maura, ainda era criança, mas se lembra que recebiam de gente de fora da comunidade doação de sopa e muitos vinham com seus potes na porta da casa dela, ao lado do barraquinha do Centro Comunitário, onde ficaram as irmãs-freiras da igreja católica. Dona Maura lembra também que funcionários da Assistência Social da prefeitura vinham ajudar quem passava fome, principalmente nos dias mais frios. Pedrina se recorda que a solidariedade trazia um momento de alegria:

"Pessoas da Igreja Santa Luzia traziam macarronada, era muito bom, inesquecível".

Dona Maura frequentava a paróquia Santa Luzia, recebendo apoio dos padres e irmãs-freiras na luta por melhores condições de vida. As religiosas faziam um trabalho de enfermagem e orientação à saúde na comunidade. Ela se lembra da primeira vez que viu o então candidato a prefeito, Celso Daniel:

"Ele fazia curso na Santa Luzia, junto com o Jurandir Galo e a Fátima. Foi aí que começou o apoio para defender um projeto de urbanizar a Tamarutaca. O Celso sempre foi muito forte aqui dentro, fizemos campanha eleitoral pra ele. O Celso não marcava hora; ele aparecia na Igreja Santa Luzia e na Tamarutaca e ia cumprimentando todo mundo".

Seu Amaro também lembra desse convívio com o ex-prefeito:

*"Celso Daniel, ficava
lá no meio da gente e dizia:
"vá lá (na prefeitura) e peça!"
o que acha que precisa?
A Tamarutaca vai
ter o que é preciso"*



Amaro Ramos Pereira, 2019

FONTE: MDDF

O “DIREITO À CIDADE” VIVIDO PELA TAMARUTACA

Em 1989 toma posse o prefeito Celso Daniel com o lema de governo “Direito à Cidade”, que incluía os direitos dos moradores de favelas. Para garantir uma política pública de habitação popular na cidade, Celso conseguiu aprovar muitas leis, como a que criou a Secretaria de Habitação (para atender as favelas); outra lei criou o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Habitação.

A participação popular para valer veio com a criação do Fórum Popular de Urbanização de Favelas, integrado por movimentos por moradias, para a decisão sobre qual favela seria urbanizada pelo governo municipal. Então, em 1990, durante esse fórum, dona Belzinha e dona Francisca defenderam e conseguiram aprovar a urbanização da Tamarutaca.

A Secretaria Municipal de Habitação passou a concentrar a interlocução com as comunidades; com a pressão popular dos movimentos de moradia, como do MDDF, alguns projetos de lei de autoria do Executivo foram propostos. O principal deles foi a aprovação da lei nº 6915/92, que criou as AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social).



Reunião de moradores da Tamarutaca na Prefeitura

FONTE: DEHAB-PMSA - 1990



Celso Daniel Prefeito Eleito 1989-1992

FONTE: Patrícia Santos 27/11/2001 Folhapress- FSP



Logomarca do governo
Celso Daniel 1989-1992

FONTE:
Publicação Santo André:
Participação Social



Votação da lei
das AEIS - 1992

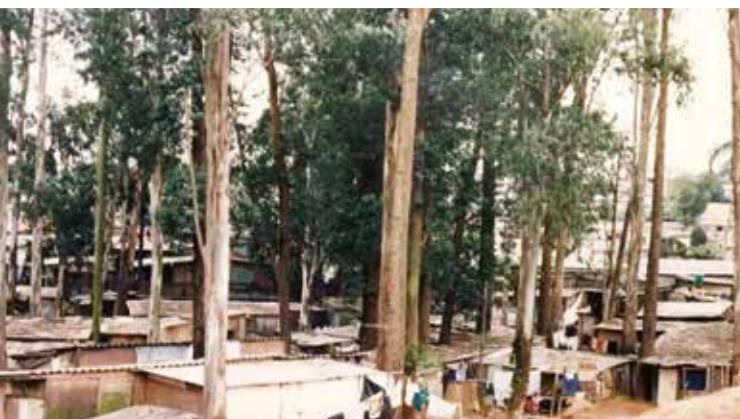
FONTE:
Publicação Santo André:
Participação Social





Manifestações na aprovação da lei das AEIS - CMSA

FONTE: MDDF



Antes da Urbanização

FONTE: Campanhão - 1990



Retorno das famílias aos lotes urbanizados

FONTE: PMSA - 1991



Moradores da Tamarutaca que participaram dessa luta recordam-se das galerias da Câmara Municipal de Santo André lotadas de moradores de favelas para defender seus direitos. Somente da Tamarutaca, saíram dois ônibus lotados para o prédio do legislativo. Borges se lembra do dia:

"Fomos todos da Tamarutaca e de outras comunidades. No dia de votar a lei, faltou luz! Desligaram a luz da Câmara! A população gritava – 'vai ter que votar' – tinha que votar naquele dia. E votaram a favor das AEIs. Fizemos um abraço simbólico em volta da Câmara; tinha muita gente".

A 1ª etapa da urbanização da Tamarutaca (1991-1992) foi realizada com recursos próprios da prefeitura. Segundo Katia Melo, da empresa Diagonal e que atuou como assessora da Secretaria de Habitação no processo de urbanização e depois coordenou essa etapa inicial da urbanização da Tamarutaca em 1992, foram feitos arruamento e parcelamento dos lotes, dividindo-os em tamanhos justos para todos. A Secretaria de Habitação oferecia orientação técnica para a reconstrução das casas no lote definitivo e realizava um plantão social

Em 1992 foi apresentado o projeto de urbanização integral da Tamarutaca junto com o Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André), para que, pela primeira vez, o saneamento chegasse às favelas. Na época, o desafio já era enorme: 1.100 famílias viviam em uma área de alta vulnerabilidade social. Duzentas delas tiveram de ser removidas, pois moravam debaixo dos eucaliptos, correndo muitos riscos ambientais.

Foi necessário remover as árvores e abrir espaço para o loteamento. As famílias tinham de ficar próximas ao canteiro de obras, enquanto aguardavam retornar para os lotes definidos.

"Foram fazendo como um efeito dominó, tínhamos um terreno lá em cima, do lado da Escola de Samba Vila Alice, veio a construtora que fez um galpão para moradias provisórias; preparavam as ruas, depois mediam os lotes, faziam a caixinha de esgoto, para a gente voltar", afirma Borges.

A Comissão de Moradores era muito ativa na liderança da tomada de decisões sobre o projeto e a obra. Na época, a Assessoria de Meio Ambiente da prefeitura realizou vários mutirões de plantio de novas espécies nativas na área da Tamarutaca.

No mesmo período, existia também o Programa chamado Pré-Urb, que se baseava na participação popular e no reforço da cidadania dos moradores. Depois de contatar as lideranças, os trabalhos iniciavam com uma “assembleia de entrada” para explicar o que se pretendia fazer e como as atividades seriam realizadas, convidando a todos para realização de mutirões para resolver problemas mais emergenciais. Foram realizados mutirões de limpeza, quando moradores e funcionários públicos trabalharam juntos.

Havia reuniões semanais de orientações quanto ao desperdício de água e cuidados no acondicionamento e destinação final do lixo. Segundo as educadoras Luciane Gonçalves e Sônia Vieira dos Santos, que atuaram em ações na Tamarutaca, havia uma “musiquinha” para lembrar a comunidade sobre as responsabilidades:

*“Pessoal, pedimos licença
que o pré-urb vai passar.
Viemos pra trabalhar
e o pré-urb vai te ajudar”.*

Havia também a entrega de um “kit barraço”, composto de madeirite, caibro, telha, para construir um cômodo com banheiro, apoiando as famílias até que cada um pudesse erguer sua casa demarcada pela Prefeitura. A Craisa continuava com o auxílio à comunidade, com doações de verduras e legumes.

O processo de urbanização buscou inserir as crianças no cenário de mudanças, com atividades sendo realizadas para que elas também pudessem refletir sobre valorizar e cuidar do seu espaço. Durante uma atividade com as crianças, na qual deveriam ‘desenhar a sua casa’, uma delas disse: “É que eu moro na favela, só tem um quarto”, lembra Luciane. Havia muitas ações educativas e culturais, carro de som com músicas, teatro pelas ruas, tudo para manter o alto astral da mobilização respeitosa junto aos moradores.



Celso Daniel com moradores - atividade de plantio de árvores

FONTE: PMSA - Museu de Santo André



Cartilha do Pré-Urb - 1991

FONTE: PMSA – Acervo: Sonia Virginia

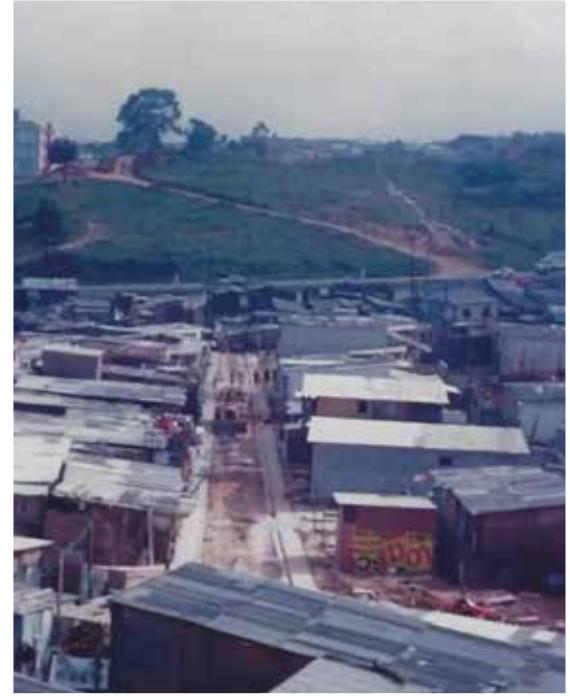


Autoconstrução após entrega de lotes definitivos na 1ª etapa da Urbanização em 1990.

FONTE: Claudia Campanhao

Babá se lembra de outro momento solidário que trazia alegria para a comunidade. Segundo ele, havia um casal que morava próximo da Tamarutaca que promovia, no Natal e no Ano Novo, um "banquete para as crianças, com todo tipo de comida". "Isso deve ter durado uns 6 anos. Era uma festa. O pessoal vivia na precariedade, mas, mesmo assim, ainda era feliz, né?", diz Babá, que chegou aos 9 anos na Tamarutaca e aos 11 já trabalhava para poder ajudar em casa.

"Eu trabalhava em um lava-a-jato na rua Lino Jardim; ia de bicicleta. Não tinha muito tempo para ficar na rua. Chegava em casa já era noite", recorda-se.



Assentamento em Primeira Fase da Urbanização - Tamarutaca, ao fundo o Conjunto Prestes Maia - 1992

FONTE: Babá da Bicicletaria - Cleosmar F. Borba

A expectativa e a ansiedade eram grandes entre os moradores para que todos fossem atendidos com lotes urbanizados, pois a área havia recebido um número crescente de moradores. Na época, Dona Belzinha sacrificou o convívio com a família para acompanhar inúmeras vezes as equipes técnicas da prefeitura para ajudar no que fosse necessário, sendo a porta-voz da comunidade.

"Acompanhei muito a prefeitura. Cada loteamento daqui tem meu passo junto com a prefeitura", recorda-se.

Seu Amaro também acompanhou o processo de urbanização, na retirada dos eucaliptos.

"Eu ficava na porta do motorista do caminhão da prefeitura para ele poder entrar e ninguém fazer nada contra ele. Alguns chegaram a ter arma na mão, mas eu e dona Francisca resistimos e não aconteceu nada com a gente. Mas não queria passar por isso novamente não!".

Claudia Campanhão, que era estagiária de arquitetura na prefeitura na época da urbanização, diz que no final de 1993, já durante a gestão do prefeito Newton Brandão, "uma das poucas e boas ações" realizadas pela gestão foi a colocação de placas de endereço nas ruas da Tamarutaca. As obras de urbanização já haviam sido paralisadas na comunidade pelo então prefeito. No entanto, os moradores não desistiram de buscar os seus direitos. Na época, cobraram também o atendimento público na área da saúde. Havia um posto de atendimento na Vila Palmares, mas que ficava muito longe. Então, os moradores lutaram para ter um Posto de Saúde na Vila Guiomar. E conseguiram.

Apesar da intensa participação de moradores e das atividades realizadas por profissionais de diferentes áreas da prefeitura na primeira fase de urbanização, a movimentação na favela, motivada pela urbanização, provocou também muitos momentos de tensão, afetando moradores e técnicos da prefeitura. Houve forte reação contrária às obras por parte de um grupo ligado ao tráfico de drogas. Na época, muitas lideranças comunitárias receberam ameaças de morte, entre eles Tiãozinho e Lia, que se mudaram da Tamarutaca e não puderam mais voltar. Técnicos sociais do município precisaram passar a usar colete à prova de bala para atuar no local.

Mesmo com as adversidades, a prefeitura e as lideranças comunitárias resistiram e mantiveram a urbanização tão sonhada. A experiência da Tamarutaca serviu de inspiração para o Programa Habitar Brasil, do Ministério do Bem-Estar Social do Governo Federal, que se transformou no primeiro programa de urbanização de favelas do Brasil. Em 1996, o projeto de urbanização da Tamarutaca foi premiado na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul (Turquia).

Após os quatro anos de mandato de Newton Brandão, período em que as obras de urbanização da Tamarutaca ficaram paralisadas, o projeto foi retomado em 1997, com o retorno de Celso Daniel à gestão municipal. Teve início, então, a segunda fase das obras de urbanização, entre 1997 e 2000, que contou com financiamento externo da Comunidade Europeia. Foi criado o Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas de Santo André para organizar e ampliar a integração das obras de infraestrutura (saneamento básico, drenagem, energia elétrica, iluminação pública, abertura viária, áreas verdes e de lazer, e contenção de áreas de risco).

O Programa acompanhou as obrigações do projeto urbanístico de revisar e reparcelar o solo (lotes individuais), produzir as habitações (conjuntos de apartamentos), promover a melhoria das casas já construídas, realizar a regularização fundiária (com título individual da terra), construir equipamentos comunitários e promover o desenvolvimento comunitário (plantões sociais e reuniões participativas para tomada de decisões sobre a obra e serviços públicos).

Também foi realizado um forte investimento em projetos de geração de renda, como o Banco do Povo, que concedia empréstimos a pequenos empreendedores e incentivava a formação de cooperativas. Também eram incentivados os projetos de alfabetização de adultos, de atendimento assistencial às crianças e a realização de atividades de lazer. A arquiteta Walkíria Góis, que na época gerenciava as obras na Tamarutaca pela Secretaria de Habitação, lembra que a união de um grupo chamado de "triângulo dos paraíbas" foi determinante para agilizar a urbanização, pois se responsabilizaram pela remoção das famílias para que a prefeitura pudesse fazer a demarcação dos lotes.

Na segunda fase da urbanização, apesar da continuidade das ameaças, os trabalhos prosseguiram e a comunidade foi chamada novamente para a definição dos nomes das ruas. A proposta da prefeitura foi batizar os logradouros com nomes de cidades brasileiras. Como critério, utilizou-se a origem da maioria dos moradores, por exemplo, onde moravam piauienses, a rua seria Teresina. Ao todo, foram 23 ruas, de acordo com João Bosco, técnico social que coordenou esse diálogo com os moradores e estava sempre nas ruas e vielas esclarecendo as mais variadas dúvidas da comunidade.

João Bosco se lembra do convívio "muito bom":

"Tivemos um elemento muito positivo que foi o mutirão de limpeza. Eram lugares praticamente impossíveis de a gente entrar por conta da sujeira e lixo. O mutirão foi realizado em um sábado. Foi uma coisa maravilhosa, com participação de muita gente. Pessoal da produção da Prefeitura, vários departamentos, várias secretarias trabalharam nesse dia."

Marcia Gesina Oliveira, gerente de desenvolvimento comunitário do Departamento de Habitação, conta que o diálogo com muitos moradores da Tamarutaca era intenso. Foram várias reuniões para apresentar e esclarecer dúvidas das obras de urbanização. Seu relatório técnico da época demonstra o grande número de atividades no período. Entre 1998-1999 foram realizadas reuniões de representantes de Setores com 385 moradores; apresentações de Combate à Exclusão Social com 105 moradores; apresentação do Projeto de Urbanização com 552 moradores; preparação de mutirões com 88 moradores; visitação em outros núcleos urbanizados com 33 moradores. Além disso, foram promovidos cursos de segurança alimentar, uso racional da água, coleta comunitária, saúde da família, renda mínima, projeto Criança Cidadã, e realizadas reuniões para a escolha do nome das ruas.



Mutirão de limpeza na Tamarutaca

FONTE: Acervo: PMSA





Agentes de Saúde, Moradores e equipe do Trabalho Social da Habitação

FONTE: Acervo: PMSA



Walkiria Góes – gerente de urbanização – DEHAB explica sobre projeto de urbanização

FONTE: Acervo: PMSA



Assembleias para esclarecimentos do projeto urbanização - DEHAB

FONTE: Acervo: PMSA



Reunião com a comunidade - DEHAB

FONTE: Acervo: PMSA



Outra conquista do período foi a implantação dos Agentes Comunitários de Saúde, um programa do Governo Federal por meio do SUS (Sistema Único de Saúde), que buscava integrar saúde e assistência social, como atenção a quem mais precisava. Pedrina se emociona ao se recordar do trabalho do Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova), que colocou a escola dentro da comunidade:

"Minha mãe sofria com muitas dores na coluna e muitas vezes os agentes comunitários vinham nas casas.

As meninas grávidas...eu tive várias colegas na escola grávidas; as agentes também tinham um projeto dentro das escolas para falar sobre doenças.

Foi quando, pela primeira vez, a gente teve um debate, uma conversa mesmo sobre educação sexual, o cuidado, a higiene.

E o fato delas serem de dentro da comunidade, a gente não precisava ir lá no posto. Tinha a pesagem infantil... também deu oportunidade para as garotas que terminavam o colegial (atual ensino médio) se inscreverem para ser agente comunitária de saúde. As filhas da dona Maria, as meninas lá de cima, mudou a vida delas.

Deu uma carreira profissional. Hoje muitas se formaram enfermeiras, outras são atuantes na comunidade, para aferir a pressão da galera.

E tinham as médicas, como a doutora Olívia, que vinha dar palestra e acompanhava a gente em casa com muito afínco".

Com a morte de Celso Daniel em 2002, o vice-prefeito João Avamileno assume a prefeitura e dá continuidade aos programas de urbanização. Uma nova leva de demarcação de lotes foi realizada e desta vez algumas famílias aguardaram em alojamentos feitos em contêineres, ao lado do Centro de Detenção Provisória de Santo André, conhecido popularmente como "Cadeião". Muitas famílias, quando retomavam aos lotes, reclamavam que voltariam a morar em barraço de madeira. "Eu já vim do barraco, não vou voltar. Diziam: aqui é seu, você vai construir! Eu vivi isso várias vezes", diz Borges. Pedrina complementa: "Não entendia que aquele pedaço de terra seria garantido a nós". Ela diz que houve momentos de grande desgaste devido ao atraso nas obras. Havia pouco orçamento da Prefeitura para dar continuidade aos trabalhos.

Diante desse cenário, o MDDF traz uma novidade: realizar um trabalho socioeducativo com as famílias, crianças, adolescentes e jovens, de 7 a 17 anos. Nasceu, assim, o Programa Criança Cidadã, que realizava atividades no contraturno da escola, com atividades de formação profissional e esportivas, como capoeira e futebol. Também eram realizadas atividades culturais, com música e vivências comunitárias. O projeto teve início em 1998, na Tamarutaca, Sacadura Cabral e Quilombo, por meio de um convênio com a Prefeitura. Onze anos depois, em 2009, o projeto foi encerrado na gestão do prefeito Aidan Ravin, pois não havia mais interesse do governo municipal em prosseguir com o projeto, que atendeu a centenas de crianças na Tamarutaca.

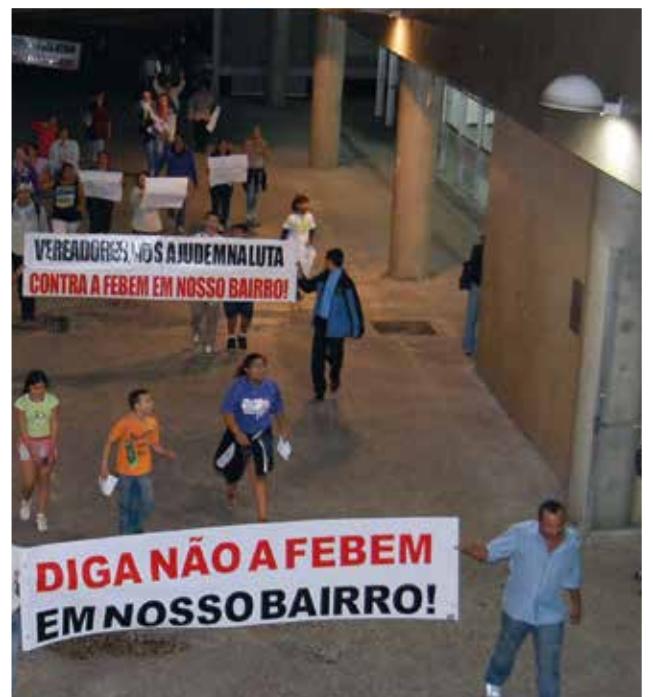
Pedrina participou do Criança Cidadã e se lembra com muita emoção do quanto o projeto foi importante para a sua vida e de outras crianças. A moradora era ativa participante e chegou a ir para Brasília representando o projeto em um evento de aniversário do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente). Por orientação da mãe, Pedrina fez aula de computação e de inglês também, além de ter aprendido a tocar o primeiro instrumento musical. Ela destaca a importância que o projeto teve ao apresentar oportunidades de cultura e lazer para muitas crianças:

"Muitos foram salvos por conta do projeto. A parte social é muito importante porque a pessoa sempre tem um talento, mas eu acho que o projeto devolve, de repente, um brilho que nem ela sabia que tinha. Eu lembro que montaram vários grupos dos meninos que tocavam. A gente foi se apresentar no teatro em Santo André e em outras comunidades, comecei a fazer amizades que eu carrego até hoje. Foi a primeira vez que as crianças da comunidade conheceram o Parque do Ibirapuera e o Planetário. Deu um outro 'norte' para as crianças. Nunca esquecerei dos professores. Tinha o João Bosco; o professor de capoeira era o tio Chico, que é o Claudio, e o Donato...; tinha a professora Darcí; a Katia do teatro. O professor de capoeira falava assim: 'quer participar de tal coisa? Nota boa na escola, senão não vai!' O projeto era dividido na escola Padre Agnaldo e na Vila Alice. Eu falo que investir em projeto público é transformador".



Em 2009, na gestão do prefeito Aidan Ravin, foram entregues alguns lotes urbanizados e construídos dois muros de arrimo na comunidade, entre as ruas Registro e Resende, obras muito aguardadas por conta da urgência. Um fato triste na região revelou um grave problema com o lixo: uma criança morreu após ser mordida por um rato, devido ao grande acúmulo de lixo. A prefeitura realizou, então, um mutirão de limpeza, com ações integradas e um inédito caminhão da coleta passando por todas as ruas, além da colocação de lixeiras. O setor de zoonoses promoveu a dedetização e desratização na área. Eram ações pontuais, pois a urbanização caminhava muito lentamente.

Outra ação do prefeito Ravin, em um caso bastante polêmico à época, foi aceitar a transferência da Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, antiga Febem) para a área vizinha ao "Cadeião". A mudança agravava o estigma social da região, que já possuía muitas favelas, colocando seus moradores diante de mais preconceitos. Na tentativa de barrar a transferência, moradores da Tamarutaca se juntaram aos de outras favelas da região para protestar contra a decisão do governo do Estado de São Paulo. Eles propunham que fosse escolhido outro local, mais afastado do centro da cidade. Infelizmente, a luta foi perdida e o governo estadual pôde instalar o novo prédio.



Movimento contra a FEBEM

FONTE: MDDF 2011

A região tinha outra questão que precisava ser resolvida com urgência: a construção de uma passarela sobre a avenida Prestes Maia, uma via muito movimentada e perigosa. Em 2011, o casal Tainá Teixeira da Silva e Flávio Almeida Ferreira, com apenas 16 e 21 anos respectivamente, morreram após serem atingidos por uma roda de caminhão que se desprendeu. Estavam a caminho do Cartório de Registro Civil, onde marcariam a data de casamento. Mais duas mortes que se somavam a de outros moradores que perderam a vida ao tentar atravessar a avenida. O acidente fatal com o casal foi o estopim de uma onda de protestos, organizados por moradores do Tamarutaca. Eles reivindicavam a construção de uma passarela entre o Viaduto Engenheiro Luiz Meira e a Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, obra que já havia sido aprovada no orçamento municipal em 2010, mas que não havia sido efetivada. A passarela foi construída e entregue somente em 2013.

Com a eleição do prefeito Carlos Grana (2013-2016) é retomada a reurbanização da favela Tamarutaca, desta vez com recursos do governo federal por meio do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, via Caixa Econômica Federal. Na época, ainda faltavam atender 144 famílias e transferi-las para novas unidades habitacionais (apartamentos), retirando-as de áreas de risco conhecidas como Morro, Platô/Platozinho, Mocozão, Mocozinho. Devido à necessidade premente de contemplar a Tamarutaca, o governo fez parceria com a entidade MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), que havia conquistado recursos do governo federal pelo programa Minha Casa, Minha Vida, de modo a garantir apartamentos para algumas famílias da Tamarutaca.

Paulo Serra se elege como prefeito de Santo André em 2017. A quarta etapa da urbanização foi lentamente retomada. Foram priorizadas duas áreas com risco: Platô e Platozinho. Ainda na gestão anterior, de Carlos Grana, estava em andamento a construção do Conjunto Habitacional Santo Dias, fora da região da Tamarutaca, para a transferência e reassentamento de mais 80 famílias que estavam no aluguel social.

Em 2019-2020, o MDDF realizou na Tamarutaca o "Projeto Cultura no Meio da Favela", que teve como objetivo capacitar moradores para liderar processos de revitalização e ocupação cultural de espaços degradados, visando a corresponsabilidade com os cuidados ao meio ambiente. Nasceu daí a vontade dos moradores de contar suas histórias.

Assim, foram realizadas algumas rodas de conversa com os moradores mais antigos. Participaram: Luzinete Rosa Fidelis Ribeiro e dona Belzinha (Ediza Rosa Fidelis), ambas chegaram em 1971; Antônia Maria da Conceição e Maria Aláide da Conceição que chegaram em 1976; seu Amaro Ramos Pereira, em 1977; dona Iraci (Josefa Silva de Sales), em 1978; Benê Rosa da Silva, em 1982; seu Manoel Pereira da Silva Filho e Maria Dalva Soares da Silva, chegaram ambos em 1985; Maria Damiana de Santana chegou em 1988 e Firmina Maria da Conceição, que chegou em 2004. Na retomada do projeto Tamarutaca - memória e história de sua gente, em 2024, um novo encontro aconteceu para uma devolutiva à comunidade, com o objetivo de contar o que já havia sido pesquisado e para eventuais complementos nas entrevistas feitas ou apresentação de pessoas para novas conversas.

Entre 2020 e 2021, a pandemia de Covid-19 também abalou profundamente a vida dos moradores da Tamarutaca. A comunidade recebeu muitas doações de alimentos. O MDDF atuou fortemente, por meio do Comitê das Comunidades, distribuindo cestas básicas para as famílias com produtos de higiene e alimentos com apoio de instituições como FBB e Sesc. O Sesc, por meio do Programa Mesa Brasil, fez doações, assim como enviaram ajuda a CUFA (Central Única das Favelas) e o Movimento de Motoqueiros Os Insanos. Pelo menos 15 pessoas morreram na comunidade em virtude da pandemia.

Pedrina se lembra que queria ajudar, por isso, assim que foi possível, passou nas casas para entender a real necessidade de cada família:

“Eu fui de casa em casa para pegar os nomes e ver a necessidade de cada um e eu cheguei de volta na minha mãe dilacerada por conta da situação que vi. Às vezes, a gente vê a pessoa na rua e não temos ideia do que ela passa dentro de casa. Bati de porta em porta e conseguimos ajudar várias famílias, inclusive com uma cadeira de rodas, graças a Deus.”

O relato de João é semelhante:

“Saí pedindo, batendo de porta em porta com o porta-malas do carro aberto. Quando cheguei no final da rua, já não dava mais para fechar; cada um deu um quilo, ou o que pudesse ajudar. Foi bacana essa solidariedade na comunidade.”



Projeto de Revitalização Ambiental
FONTE: MDDF



Oficina de História Oral
FONTE: MDDF - 2019



Em 2021, o trabalho solidário realizado na pandemia fez com que um grupo de amigos de Pedrina Sales e Ivan (Ivanilson Araújo Valentim), entre outros que organizavam shows na viela da Tamarutaca, voltassem a se unir para realizar shows na intenção de arrecadar alimentos e cadastrar famílias necessitadas, cerca de 70% a 80% da comunidade. Muita gente havia perdido o emprego. Foram realizados três shows.

DO CENTRO COMUNITÁRIO PASTORAL PARA O CENTRO COMUNITÁRIO PÚBLICO “IRMÃ ROSINA”



Em 30/11/2002 Inauguração do Centro Comunitário

FONTE: Acervo PMSA

Quem conseguiu resgatar o histórico da participação de religiosas da Casa de São José, vinculadas à Paróquia Santo Antônio, na atuação pastoral e social na Tamarutaca, foi a moradora Edvaneide Silva. Em 2015, ela desenvolveu uma pesquisa para seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) em Serviço Social sob o tema “O trabalho da Pastoral da Criança na prevenção de DST/AIDS² na Comunidade Tamarutaca em Santo André”. No trabalho, há um capítulo sobre a atuação da Pastoral da Criança na comunidade Tamarutaca.

A pastoral da criança sob a assistência das irmãs Maria Luísa e Rosina Silva realizavam muitas atividades sociais, com mães e crianças, nas casas de moradores da Tamarutaca. Para facilitar os trabalhos, o padre Gaudêncio, da Paróquia Santa Luzia, comprou um barraco para as religiosas na favela Tamarutaca. Com o crescimento da população e o aumento da violência, as Irmãs Maria Luiza, Rosina e Noêmia deixaram de morar no barracão do Centro Comunitário. Mas o trabalho social realizado por elas não parou!

Em 2004, nesse mesmo local, foi construído pela Prefeitura o novo espaço comunitário, com a gestão sendo feita pela própria comunidade, como um lugar de caráter público. Pelo reconhecimento dos trabalhos prestados pelas irmãs na comunidade, o espaço ganhou o nome de Centro Comunitário Irmã Rosina.

² Reportagem sobre a atuação da Pastoral da criança na Tamarutaca por Edvaneide da Silva <https://www.pastoralcrianca.org.br/dst/lider-de-santo-andre-sp-mobiliza-comunidade-para-combater-dsts>

Dona Maura Sales apoiou ativamente a construção do primeiro Centro Comunitário; disse que “foi uma luta”. Ela era vizinha ao local onde o barraco de madeira foi levantado e se lembra que a construção recebeu o apoio da Comissão de Moradores e de toda a comunidade, como um reconhecimento das atividades sociais realizadas para os moradores, antes mesmo da nova sede. Dona Maura também se recorda das oficinas para crianças e mulheres realizadas no espaço, com orientação e formação humana e familiar, cursos de corte e costura, pintura, bordado, entre outros, além da educação popular para os adultos.

Em depoimento a Edvaneide da Silva, o sr. Almir Carminatti contou que no Centro Comunitário havia uma rádio com dois megafones e um microfone “bem simples”. Os equipamentos serviam para convocar as pessoas para os encontros e formações.

Vale ressaltar que muitas reuniões e assembleias para a implantação dos projetos de urbanização e inclusão social foram realizadas em igrejas evangélicas que abriram suas portas a favor dos moradores, facilitando muito o diálogo participativo entre moradores e a Prefeitura.

Os moradores lamentam muito que a prefeitura tenha abandonado a manutenção do Centro Comunitário, que está com graves infiltrações, passando para as casas vizinhas. Em 2024, a prefeitura começou a reformar o local. Mas, além da reforma, os moradores pedem o retorno das atividades culturais, sociais e comunitárias. Para isso, alguns projetos estão sendo planejados pela própria comunidade.



Reuniões na Tamarutaca

FONTE: Acervo PMSA - 1991



A TAMARUTACA HOJE É UM BAIRRO MELHOR E COM MAIS QUALIDADE DE VIDA?

Após longos 35 anos de obras de urbanização, a comunidade da Tamarutaca recebeu serviços de saneamento básico, com a implantação de redes de água, esgoto e drenagem, coleta de lixo, além de asfaltamento de ruas e vielas, e iluminação pública. Enfim, conquistou a infraestrutura mínima para uma moradia digna. Apesar deste avanço, é possível perceber que ainda há moradias precárias de madeira ou mal construídas e conservadas. Isso ocorre, muito provavelmente, devido aos baixos salários ou situações de desemprego prolongado de seus moradores.

No início da urbanização, a situação socioeconômica dos moradores levou a prefeitura a investir em projetos de geração de renda, como o Banco do Povo. A instituição oferecia empréstimos a pequenos empreendedores e incentivava a formação de cooperativas, a alfabetização de adultos, o atendimento assistencial de crianças e atividades de lazer. Atualmente, os únicos atendimentos públicos que prosseguem na Tamarutaca são os realizados pelos Agentes Comunitários de Saúde.

Segundo João Borges:

"Faltam projetos para as crianças. Ontem, eu participei de uma reunião para tratar da questão da violência; se você não trabalhar a educação antes... você tem que ter a prevenção, trabalhar antes. Para poder prevenir. Se você tiver uma criança educada, um professor bem pago, eu vou deixar bem claro: um país que dá educação para suas crianças é uma semente. E é o que não temos hoje no Brasil. Quer queira, quer não, esse é o país violento, deve ter outro mais violento, mas ontem eu participei dessa reunião, aí saiu a crítica: mas a gente tem que trabalhar aqui, aqui e aqui, senão a gente vai ter sempre essas reuniões, só vai aumentar".

Ao caminhar pela Tamarutaca, é possível observar que, embora tenham sido realizadas muitas melhorias ao longo dos anos, como o asfaltamento das ruas, a manutenção para o conserto de buracos após as chuvas demora

para acontecer. Os serviços de saneamento de água e esgoto também falham ao levar tempo para sanar vazamentos. As redes de energia ainda estão apinhadas de fios caindo.

Nas ruas principais há intensa movimentação de carros. Nas vielas, há pouco espaço para calçadas, obrigando os pedestres a disputarem espaço com os carros, muitos deles estacionados, dificultando ainda mais a circulação. Salta aos olhos algumas moradias de madeira bem precárias, que mesmo assentadas em seu próprio lote, ainda não possuem condições dignas. Ou seja, para estas famílias o direito à moradia ainda não chegou plenamente.

Para seu Amaro, o desafio é fazer com que os responsáveis pelos serviços de água e energia prestem um bom atendimento. Algumas vezes, ele foi o porta-voz dos moradores no Semasa, levando reclamações sobre pouca pressão da água ou a sua falta. Ele conta que ouviu desafetos, quis falar com o diretor da autarquia municipal, mas não foi atendido. Foi aberto um processo administrativo sobre o caso. Foram 60 dias para o conserto. O problema voltou e novo processo foi aberto, arquivando o antigo. Já foram 12 processos arquivados. Um descaso no atendimento aos moradores de favela, que mesmo urbanizada, ainda sofre preconceito social.





Reunião da diretoria do MDDF 2018

FONTE: Henrique M. Bento



Arraial na Tamarutaca 2004

FONTE: Henrique M. Bento

A EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS PÚBLICOS QUE TRABALHARAM NA TAMARUTACA

Os profissionais públicos que atuaram na Tamarutaca nos processos de urbanização destacam, de modo geral, como positivo os trabalhos realizados no território: a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento de lideranças comunitárias (1989 a 2008), o Programa Santo André Mais Igual (1997-2008). Todos criaram oportunidades e favoreceram a melhoria das condições socioeconômicas de muitas famílias. Outros destaques são a instalação do Sesc na região, a vontade política e prioridade dada pelo governo municipal à comunidade.

A forte presença dos técnicos municipais em campo e o engajamento entre eles também foi um destaque. Poder chegar ao final do processo e ver as famílias que tanto lutaram pela sua moradia definitiva receberem o título de propriedade é uma alegria para os funcionários.

A participação da comunidade durante todo o processo de urbanização quebrou a visão individualista do espaço do lote/moradia das famílias beneficiadas pelo projeto, pois todos os interessados podiam colaborar com sugestões e soluções

Henrique Moreira Bento, liderança comunitária da Tamarutaca, leva o nome da favela até para o seu perfil na rede social. Conhecido como "Henrique Tamarutaca", participou de muitas atividades: oficineiro de esportes do Criança Cidadã em 1999; foi da diretoria do MDDF entre 2017-2018 e atuou na Escola de Samba "Mocidade Fantástica" da Vila Alice como intérprete, compositor e diretor.

Sua lembrança mais especial foi organizar um Arraial da Tamarutaca:

"Em 2002, ano da Copa do Mundo do Japão, a gente ficava em volta da fogueira pra trocar ideias como todo jovem gosta de fazer; papeando lá que resolvemos fazer o arraial. Começou na rua Carnaúba; por 9 anos acontecia lá perto da Escola de Samba, onde tinha um local cercado e funcionou um parque de diversões. Depois desceu para Praça Anita Garibaldi. Terminou em 2014."

possíveis, o que era estimulante. Outra constatação foi o esforço para a remoção de 200 famílias para o Conjunto Habitacional Prestes Maia-III, com o objetivo de desadensar a área na Tamarutaca, viabilizando a urbanização. Ao mesmo tempo, respeitou-se quem gostaria de sair e ir morar em um apartamento, em local próximo.

Foi realizado um forte e intenso trabalho social na Tamarutaca, principalmente para garantir a diretriz da democratização das informações e a participação da comunidade em todo o processo, de forma a promover o envolvimento e a confiança na realização do projeto de urbanização, mesmo com sacrifícios.

A qualidade das decisões coletivas foram aspectos marcantes, como a discussão dos critérios/prioridades para a escolha dos lotes, acomodando aqueles que tinham comércio ou família grande, relações de vizinhança, entre outros fatores. Outros aspectos destacados foram a escolha das plantas das casas pelos moradores e a consciência do significado das novas responsabilidades:

pagamentos pela energia elétrica e pelos serviços de saneamento básico, além do alerta para a não comercialização dos lotes.

Como pontos negativos levantados estão os poucos recursos da Secretaria de Habitação para “tocar as obras” em uma velocidade satisfatória, o que trazia grande angústia aos moradores ainda não atendidos, apesar de as obras da Tamarutaca estarem sempre entre as mais votadas no Orçamento Participativo municipal da época. As preocupações com as moradias provisórias como única alternativa também foram apontadas como algo negativo.

Outras preocupações apontadas foram as áreas comuns e de risco; o enfraquecimento da organização comunitária; o adensamento construtivo; o baixo valor do benefício do aluguel social; a atuação do crime organizado que não tinha interesse na urbanização e nem que fossem oferecidas novas oportunidades aos jovens. O medo da violência cotidiana, provocado pela disputa de poder entre os vários grupos criminosos, interferia no trabalho dos agentes junto aos moradores. Antigas lideranças tinham receio de se manifestar abertamente sobre o que pensavam, temendo represálias.

A FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ E A TAMARUTACA

Muitas outras instituições religiosas contribuíram com os moradores, sendo solidárias, apoian- do com atividades formativas e de organização comunitária, tudo voluntário. Mas uma reflexão se fez necessária, tanto pelo passado como para o futuro da vida dos moradores da Tamarutaca: como as instituições públicas vizinhas à comunidade, que recebiam dinheiro público municipal e que nasceram quase na mesma época da Tamarutaca, contribuíram com os moradores?

Marilena Nakano, pedagoga e professora apos- tentada da Fundação Santo André, secretária municipal de educação em Santo André no ano de 1989, afirma que a relação da Tamarutaca com a Fundação Santo André sempre foi “de grande distância cultural e social”. Ela conta que sua experiência com a Tamarutaca ocorreu próxima a sua aposentadoria.

Em 2011, Cátia, uma funcionária da Funda- ção, se tornou inspiração às alunas, que deci- diram realizar uma atividade de pesquisa com ela para conhecer a sua trajetória e sonho de

A falta de interação da Fundação Santo André com a comunidade, apesar de estar muito per- to, foi mais um aspecto negativo. Também foi apontada a dependência da vontade política para que não faltassem recursos financeiros para viabilizar o projeto e as obras de urbanização. O maior desafio da prefeitura ainda é controlar as novas ocupações nas áreas de risco, o que se re- petiu várias vezes ao longo dos últimos 15 anos por conta da ausência do Governo no território.

Rosana Denaldi, que foi diretora e secretá- ria de Habitação de Santo André, diz:

“Há elevado percentual de moradias inadequadas. De forma geral, essa inadequação é resultado da consolidação de situações de insalubridade associadas ao adensamento excessivo das moradias.”

Ou seja, casas amontoadas e empilhadas, que não têm ventilação e onde o sol não entra, propiciando o aumento de morado- res doentes.

vida. Analfabeta, baiana de nascimento, trazia marcas dos maus tratos e do abandono do ex- marido e pai de seus sete filhos. Cátia tinha cinco netos e ainda morava em um barraco de madeira na Tamarutaca.



Cartilha da Cátia

FONTE: Maria Edite Ribeiro, 2015 – FAFIL

De acordo com Marilena, Cátia acompanhou todo o processo de urbanização da favela. Valorizava muito os estudos dos filhos e tinha um sonho: queria aprender a ler e deixar de ser funcionária da área da limpeza, queria progredir profissionalmente. Foi então que nasceu a orientação de um grupo de alunos e alunas com meta de produzir uma Cartilha de Alfabetização, baseada nos princípios de Paulo Freire.

Passados alguns anos de sua aposentadoria, Marilena agora se dedica à educação popular, promovendo a literatura como um direito humano, por meio do projeto Rede Beija-flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André, que atua em territórios vulneráveis. "É necessário planejar a cidade a partir das favelas", defende a professora.

Marilena afirma:

"A partir do começo dos anos 2000, o Estado foi se ausentando das favelas. Como na política não há espaço vazio, o Estado deveria ocupar estrategicamente se colocando no território, e essa ausência interfere de forma importante na dinâmica da vida das pessoas, especialmente das crianças brincando na rua. Em comunidades que passaram por processos de urbanização, fica claro que urbanizar não é suficiente."

A TAMARUTACA NA RELAÇÃO COM O SESC E O MDDF

12

OLHAR DA VILA

Junho de 2016

Há mais de 30 anos, MDDF luta em prol dos direitos da Tamarutaca

Moradores da comunidade contam com agentes comunitários de saúde e com projetos de jardinagem

Victória Valente

O Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) surgiu em Santo André em 1979, para lutar pela habitação. No ano seguinte, ocorreu o primeiro congresso do MDF, com o objetivo de representar as comunidades mais carentes da região. Apesar em 1988, ele se tornou o Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores em Favelas (MDDF) e foi registrado juridicamente.

A presença do movimento nas comunidades fortalece a organização comunitária, defendendo o planejamento e as ações de desenvolvimento com as comissões e associações dos bairros da cidade. "Discutimos e lutamos" para melhorias nas políticas públicas de habitação, saúde, meio ambiente e educação por meio de participação em reuniões, conselhos e debates", conta o ex-presidente do MDDF, Edilsonh Ferraria, 35.

Hi 36 anos, quando moradores da Tamarutaca estavam enfrentando o risco de desocupação da área, o MDDF passou a atuar na favela, contando com o representante ativo da comunidade, Isabela, 58, que participou de mobilizações e caravanas em Brasília em prol da defesa das políticas habitacionais.

Em 1999, teve início o projeto Criança Cidadão, que durou 10 anos. O programa tinha o objetivo de proporcionar atividades socioeducativas e apesar famíli



Local que antes era utilizado como depósito de lixo ganha nova aparência.

lia de crianças e adolescentes moradores das regiões carentes. Atualmente, a Tamarutaca conta com o apoio do MDDF, de agentes comunitários de saúde e de projetos de jardinagem da instituição ACQUA.

A comunidade, porém, precisa de melhorias. Para a moradora e representante da Tamarutaca no MDDF, Juélia Pereira, 32, a principal questão dos habitantes é a urbanização. "Existem trechos intubados, áreas de riscos e descarte irregular de lixo", comenta.

Na comunidade, os morros eram usados como depósito de lixo. Com a conscientização dos moradores e o apoio do MDDF, o local foi pintado. Agora, o lixo passou a ser recolhido na porta das casas.

O compromisso de representação da Tamarutaca feito por Juélia vem sendo de extrema importância. "Tenho aprendido sobre organização comunitária, a dialogar com os moradores, incentivar a participação em dia da vida da comunidade. Isso é bom, pois possibilita melhores para o bairro", comenta.



Crianças ajudam a pintar os muros

Agenda Cultural*

• Peça Infantil: O Príncipe da Dinamarca. Dois concertos são surpreendidos por simpáticas caveras que contam a história do príncipe da Dinamarca e sua família. Data: 12/06, às 12h. Preço: 5,00 a 17,00.

• Recreação Esportiva Livre. Basquete, vôlei, futsal e outras modalidades para jovens de 7 a 14 anos. Data: 14/06 a 28/06, das 10h às 18h. Grátis.

• Clube do Pedal. Com instrutores do Sesc, os participantes irão pedalar em mini festões. (A partir de 16 anos). Data: 12/06 a 19/06, às 8h30, encontro no estacionamento. Grátis.

• Yoga com crianças. (A partir de 3 anos). Data: 05/06 e 19/06, das 14h às 15h. Grátis.

*Programas voltados para a base da classe familiar

Entrevista sobre atuação do MDDF no Núcleo Tamarutaca

FONTE:

Jornal laboratorial do curso de jornalismo da Universidade Metodista de São Paulo, 2016

O Sesc Santo André foi inaugurado no dia 8 de março de 2002, tendo como endereço a rua Tamarutaca, 302, na Vila Guiomar. Entre as muitas atrações da abertura estava o incrível encontro com os bambas do samba: Bezerra da Silva, Beth Carvalho e Leci Brandão. Foi um presente para a história de Santo André!

Antes da inauguração, equipes do Sesc foram às comunidades convidar os moradores para a festa de abertura do espaço. No dia da inauguração, moradores da Tamarutaca chegaram com suas famílias, alguns ainda tímidos e com olhos maravilhados diante dos artistas circenses com pernas de pau recepcionando o público.

Desde então, o Sesc já realizou algumas parcerias com a comunidade Tamarutaca, dentro e fora de suas instalações. Uma delas foi o cinema no Conjunto Prestes Maia, além de grupos musicais que circularam pelas ruas da Tamarutaca.

O respeito do Sesc às comunidades de favelas da região começou bem antes da inauguração da unidade de Santo André. O MDDF e a prefeitura, por meio da Gerência de Desenvolvimento Comunitário, apoiaram a divulgação do convite especial às comunidades do entorno: Tamarutaca, Sacadura Cabral, Quilombo, motivando os moradores a participarem das programações socioeducativas, de cultura, lazer e esportivas promovidas pelo Sesc.

Em 2017, o MDDF com o Projeto Nossas Vilas, Vielas e Quintais que desenvolvia atividades socioambientais e culturais na região, realizou, em parceria com o Sesc, um cortejo pela comunidade com a Cia Carroça de Mamulengo, na qual o cantor Chico César esteve presente. Na época também foi feito um cortejo com artistas da ARCA (Associação Ribeirãopirense de Cidadãos Artistas) pelas ruas do bairro para a mobilização, divulgação e apoio à realização das atividades. Outro fato marcante aconteceu em 2018 no Sesc: a exposição "A Beleza do Inusitado", de José de Quadros, foi realizada a partir de trocas e vivências entre o artista e os moradores da Tamarutaca.



Exposição "A Beleza do Inusitado", do artista José de Quadros, foi fruto da troca de vivências com moradores entre janeiro e fevereiro de 2018

FONTE: [HTTPS://WWW.P-ARTE.COM/JOSEDEQUADROS.HTML](https://WWW.P-ARTE.COM/JOSEDEQUADROS.HTML)



Uma das obras de José de Quadros foi presenteadas para a comunidade e colocada no Centro Comunitário para exposição, e na ocasião foi realizada pelo Sesc uma festa de forró ao vivo na rua.

Entre abril e julho de 2019, outro projeto foi realizado pelo MDDF: "No Meio da Vila", trazendo a preocupação da temática ambiental. O projeto contou com o apoio do Sesc, que cedeu espaço para a formação dos participantes e a infraestrutura para eventos de apresentação dos resultados do projeto.

Em 2024, o Sesc, em contato com o MDDF, se mostrou interessado em ampliar o número de participantes do Projeto Curumim, que atende crianças de 7 a 12 anos. Atualmente, o projeto conta com 40 participantes, sendo 20 deles oriundos das comunidades Palmares, Sacadura, Quilombo e 13 da Tamarutaca. Em setembro de 2024, em parceria com o MDDF, foi realizada uma oficina de percepção socioambiental com as crianças para que desenhassem ou escrevessem o lugar onde viviam no trajeto até o Sesc.

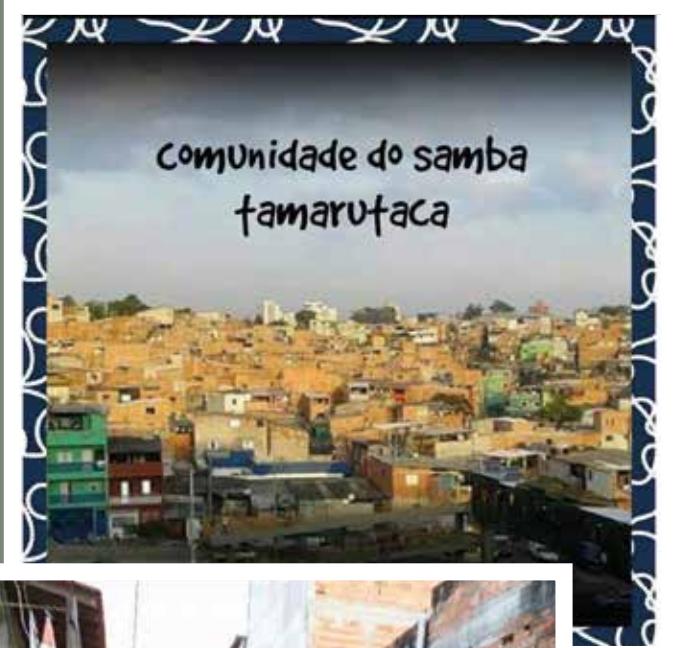
Festa da entrega da obra de José de Quadros ao Centro Comunitário

FONTE: MDDF, 2017.



José de Quadros, Ednilson Ferreira e Dona Belzinha - pesquisa A Beleza do Inusitado

FONTE: MDDF, 2018.



A presença do Sesc é importante na vida dos moradores e traz boas oportunidades culturais e de lazer, especialmente para crianças e jovens das comunidades vizinhas. Projetos como o Curumim ajudaram muito as mães da comunidade, após o fim do Programa Criança Cidadã, desenvolvido pelo MDDF. Pedrina alerta para a importância das atividades com as crianças: "Sem atividades culturais para as crianças, elas vão ficar com raiva do estudo e do mundo". Por outro lado, Pedrina lembra que quase não se vê pessoas da Tamarutaca usufruindo de outras programações culturais do espaço. Na opinião dela, "a comunidade não conhece a cultura; já teve rock, samba, jazz e uma pequena peça teatral."

E pensando no futuro, Pedrina, integrante do grupo musical profissional Comunidade do Samba Tamarutaca, abre o coração:

"Sempre foi meu sonho fazer do Centro Comunitário uma extensão de parceria com o Sesc. Desde o primeiro dia vi o potencial cultural, por isso me juntei com o Sales Gente Boa, com o Ivan. Eu queria trazer um projeto de samba-rock. E em 2020, antes da pandemia, em fevereiro, a gente entrou e fez um vídeo para chamar a atenção das autoridades da cidade. Afinal, conhecemos outras experiências. No Capão Redondo tem a oficina do rap, tem o debate político, tem o debate social. No Campo Limpo tem o sarau, tem as meninas da quebrada. Eu achava incrível e dizia: por que não tem na Tamarutaca? Pensei: eu quero isso na Tamarutaca! E, junto com os meninos músicos, montar um samba uma vez por mês, para dar esse prazer para a galera. Não tem que ser só no Centro Comunitário. Pode fazer em outros lugares, como na travessa Alagoinha, onde mora o Ivan. Tem também o Marquinhos e a Jucelia, o Elvis, não posso esquecer de ninguém."

O motim foi o nosso trio, e aí a gente chamou outros músicos conhecidos para tocar na faixa. A gente quis fazer de uma forma leve para todo mundo. Pensando pelo lado do projeto social que eu sempre gostei, cada um traz alguma coisa.

A Jocélia, que é cozinheira de primeira, disse assim: 'gente, qualquer coisa eu faço um caldo, um macarrão'. E foi quando começou a surgir nossas ações, com samba e solidariedade. A gente se inscreveu como agente cultural no site da Secretaria de Cultura, no Culturaz."

AFINAL, DE ONDE VEM O NOME TAMARUTACA?

Tamarutaca já era o nome da rua oficial da região desde a época da Fazenda Campo Grande, antes mesmo do bairro se chamar Vila Guiomar, e o logradouro “Rua Tamarutaca”, não está localizado no Núcleo³. Curiosamente, muitos moradores explicavam o nome como sendo uma espécie de pássaro. Pode ser que tenham associado com as tagarelas maritacas! Mas, não é isso não!

O nome Tamarutaca é de origem Tupi (indígena) e é dado a um tipo de crustáceo marinho, ou seja, não é de água doce. Este pequeno ser vivo se destaca pela capacidade de enxergar 70% mais cores do que um ser humano e também, pela força de sua defesa, é capaz de quebrar a carapaça de um caranguejo ou o vidro reforçado de um aquário. Por isso, é conhecido como um tipo de “lagosta minúscula e boxeadora”.

As características do crustáceo - de enxergar muito mais do que os humanos e de ser capaz de se defender - se assemelham às características dos moradores da favela Tamarutaca ao longo de sua história. Seus moradores, desesperados e empobrecidos, chamaram a atenção do governo municipal. Não havia um direito básico: a moradia digna.

³ Os logradouros do Núcleo Tamarutaca foram oficializados através da Lei 8.649/2.004 e uma pequena correção de um logradouro pela Lei 10.677/2.023.

DADOS GERAIS DA TAMARUTACA

A favela Tamarutaca está situada na zona noroeste de Santo André, entre a Igreja Santo Antônio, o Sesc e a Fundação Santo André, além da Fundação ABC (prédio da Faculdade de Medicina). Com uma área de 101.700 m², tem uma alta densidade populacional de 511 habitantes por hectare.

Em 1989, o primeiro cadastro municipal indicava cerca de 800 domicílios. Em 2008, o número cresceu aproximadamente para 1.400 famílias. Segundo dados do IBGE de 2010, a população de Tamarutaca é de 6.185 habitantes, sendo 3.108 homens e 3.077 mulheres, distribuídos em 1.637 domicílios, segundo pesquisa do Censo.

Outra semelhança é a capacidade de se defender de tantas pedras no caminho. Muitos moradores sobreviveram a 35 anos de obras, com remoções (transferências) de famílias para outros bairros, uma vez que nem todos caberiam no próprio local. Para além das obras, foi preciso lutar por inclusão social, acesso à educação e saúde, à universidade, à assistência social descentralizada, qualificação para o trabalho e oferta de mais emprego, por inclusão cultural e a redes de solidariedade para o fortalecer o desenvolvimento comunitário.



Lagosta-Boxeadora é um crustáceo

Fonte: <https://animais.hi7.co/tamarutaca--conheca-o--crustaceo-mais-forte-do-mundo--57a979e2007ae.html>

Do total de 1.637 domicílios (casas existentes), somente 1.233, segundo a Prefeitura, receberam o título de propriedade do lote urbanizado em 2022, sendo que 1.003 títulos de propriedade foram recebidos por mulheres e 762 por homens.

Sobre a qualidade das casas da Tamarutaca, as construções estão em processo de consolidação, com um aumento no número de lajes e investimentos em reformas externas. No entanto, persistem muitos casos de submoradias e moradias insalubres. A falta de acompanhamento técnico nas ampliações dos imóveis e as construções improvisadas contribuem para o surgimento de edificações precárias, que comprometem a saúde dos moradores.

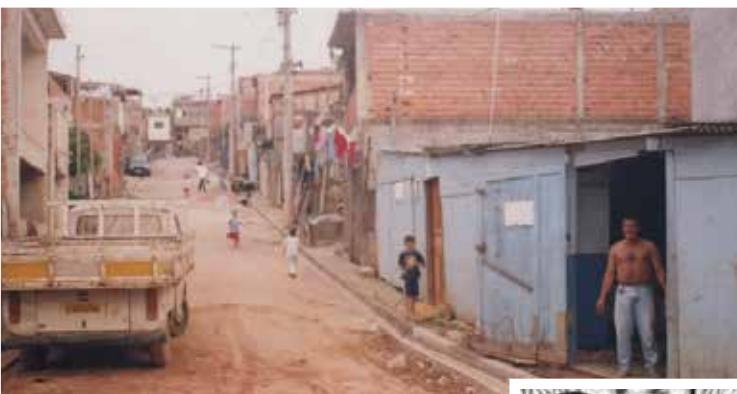
Ainda com base nos dados do IBGE, mais da metade da população é economicamente ativa, ou seja, trabalha ou desenvolve alguma atividade com fim de geração de renda. A baixa escolaridade é um obstáculo significativo à inserção no mercado de trabalho. É alarmante o número de famílias que vivem em condições de extrema pobreza, muitas das quais não têm renda ou possuem recursos insuficientes para a sobrevivência.

Pela perspectiva cultural, cabe conhecer alguns dados da Rede Beija-flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André, que conduziu em 2024 uma pesquisa com as comunidades da Tamarutaca, Sacadura Cabral e Quilombo, com o objetivo de analisar frequentadores e não-frequentadores de bibliotecas.

Destaca-se aqui apenas uma amostra de alguns dados quantitativos da pesquisa, com o objetivo de jogar luz na proposta de aumentar a frequência e qualidade da participação dos moradores das comunidades nos espaços culturais, como as bibliotecas. Segundo o Censo (2010), dos 6.183 moradores da Tamarutaca, 42,2% são brancos; 57,6% são negros; 0,2% são indígenas. Quanto à faixa etária, 29% têm entre 0 e 14 anos; 22,4%, entre 15 e 24 anos; 9,6%, entre 25 e 29 anos; 16,7%, entre 30 e 39 anos; 12,4%, 40 a 49 anos e 9,9%, 50 ou mais.

Ou seja, a maioria dos moradores, 51,4%, está na faixa de 0 a 24 anos. Desse total, 6,2% são frequentadores de bibliotecas, segundo a pesquisa. O índice é o maior entre as quatro comunidades que participaram do levantamento.

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA CHEGA APOS 34 ANOS DO INÍCIO DA URBANIZAÇÃO



1ª etapa da urbanização 1992

FONTE: DEHAB - PMSA



Entrega do título da terra para Dona Belzinha

FONTE: [HTTPS://abcdreal.com.br/santo-andre-tem-maior-entrega-de-escrituras-da-historia-da-cidade-no-sacadura-cabral-e-tamarutaca/](https://abcdreal.com.br/santo-andre-tem-maior-entrega-de-escrituras-da-historia-da-cidade-no-sacadura-cabral-e-tamarutaca/)



Entrega do título de propriedade do lote urbanizado

FONTE: Diagonal - 2022

Em 27 de março de 2022, após 34 anos do início das obras de urbanização e depois de 24 anos de andamento processual, finalmente a regularização fundiária da Tamarutaca foi concluída. Foram longos 55 anos desde que os primeiros barracos se instalaram na área até chegar à entrega de 1.233 matrículas individuais de cada lote urbanizado - título de propriedade, equivalente à escritura do terreno.

Foram quase 10 anos aguardando legislações e iniciativas que tornaram possível o desmembramento de várias glebas antigas. A conquista foi possível graças às leis federais nº 11.977/2009 e nº 13.465/2017, que facilitaram o registro no Cartório Registro Civil de imóveis sob o nº 138.295. Agora, a Tamarutaca tem sua "certidão de nascimento" e as famílias possuem o sagrado direito à moradia.

Cláudia Andrea, que foi estagiária e depois entrou por concurso como arquiteta na Prefeitura, foi a responsável pelo acompanhamento dos trâmites administrativo e das reuniões da Comul (Comissão Municipal de Urbanização e Legalização) junto com representantes da comunidade: Quitéria Cândida da Silva, Reginaldo Antônio Augustavo, Márcio Rubineli e Maria P. Socorro A. da Silva.

A Prefeitura informou que para 1.233 moradores, os títulos de propriedade estão amparados pelo Plano de Urbanização e Regularização Jurídica. Esse plano foi aprovado pelo decreto nº 17.842, de 15 de dezembro de 2021, definindo não ser possível a venda de lotes que se fundem. O lote mínimo sempre será de interesse social e terá de ter 150m².

Após o título, as famílias devem realizar, de modo individual, a regularização edilícia (da construção das casas). Quem já foi atendido pela prefeitura, não poderá ser atendido novamente em outra área.

DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Desde a inauguração do novo Centro Comunitário, a responsabilidade por sua gestão deveria estar nas mãos de moradores, tanto que a Prefeitura promoveu um treinamento para um grupo de moradores conhecer mais sobre o processo de coordenação do espaço.

A pandemia da Covid-19 parece ter despertado a solidariedade e a importância da união da comunidade, por meio dos eventos culturais, conforme relato de moradores. Foi possível perceber uma genuína esperança sendo despertada, como ficou demonstrado em um encontro muito especial ocorrido em fevereiro de 2024 para a realização da devolutiva deste trabalho de memória junto aos moradores da comunidade.

Como sinal destes novos ares de esperança, foi realizado um encontro em fevereiro de 2024 em um ambiente alegre e descontraído, na Casa da Piscina, próximo à Tamarutaca, que é utilizado como ponto de cultura. No local estão sendo realizados muitos eventos como saraus, rodas de samba, festas e trabalho social. Na ocasião, os moradores contaram como estão se reunindo para poder participar de editais do Fundo de Cultura e realizar seus projetos. Foi possível conhecer a preciosa diversidade dos grupos e o que os unia: o interesse pelo trabalho sociocultural junto à comunidade da Tamarutaca.

Neste encontro estiveram presentes: José Ney Barbosa Sales, agitador cultural, músico do cavaquinho e da Escola de Samba da Vila Alice; Ivan (Ivanilson Araújo Valentim), músico de percussão do samba e do trabalho social; Guilherme José de Araújo Lima, presidente do Clube Escadão Tamarutaca, e que também realiza festas para as crianças; Samuel Alves Santos, músico que toca chorinho em uma camerata e no samba; Joca do IPL; Anderson P. Leite, do grupo do Samba Solidário; Maria do Sarau e Rafael, ambos voluntários da clínica odontológica; Márcia Barros do Sarau e



Atividade de Formação de lideranças comunitárias no Centro Comunitário - 2002

FONTE: PMSA



Reunião na Casa da Piscina - Fev. 2024

FONTE: MDDF

grupo de Ballet; Pedrina Sales de Souza, do Grupo do Samba Solidário e Comunidade do Samba Tamarutaca e João Borges, que é liderança comunitária das antigas.

Na roda de apresentação, realizada durante o encontro, cada pessoa declarou seu compromisso com a comunidade da Tamarutaca.

A grande maioria dos presentes nasceu na favela ou conviveu com pessoas de lá, por laços de amizade e vizinhança. Foram relatadas muitas lembranças dos fortes vínculos de amizade, desde a vida escolar juntos, e por vários terem participado do Programa Criança Cidadã, além da identificação com as tradições ancestrais da cultura negra, da música popular e do samba. Como disse João Borges na ocasião do encontro:

"Foi então que a comissão de moradores chamou uma assembleia com todos os moradores, tinha gente que era contra, mas colocamos em votação e a maioria venceu, aprovando a urbanização. Nós queríamos melhorias antes e ainda queremos hoje, em 2024. Chegou o momento de a gente se unir e formar uma comissão de moradores que eu acredito!".



João Borges na casa da Dona Maura

FONTE: MDDF - 2024



Pedrina Sales
moradora

FONTE: MDDF - 2024

Os presentes fizeram um balanço de todos estes anos de obras de urbanização e apontaram as grandes conquistas da Tamarutaca. João Borges disse que "aprendeu muito com a luta":

"Até hoje eu acho, de coração, que eu tenho orgulho de morar na Tamarutaca, de ter participado dessa luta, da mudança da comunidade; eu já gravei um vídeo em cima da laje da minha casa, eu não abandono minha comunidade, só quando Deus permitir. Eu tenho orgulho! Algumas pessoas passam por mim, não sabem que eu existo, mas eu tenho orgulho do trabalho que eu fiz. Não só eu, outros também. Era uma equipe; eu tô vivo, dona Maura está viva, dona Belzinha; e outra, eu agradeço por ter conseguido, pelo prefeito e pelos meus amigos que me ajudaram e pela comunidade inteira que ajudou". Pedrina completa: "Se não fosse a comunidade colaborar, a gente não teria conseguido isso que temos hoje". Borges continua: "Não tem conquista sem organização, sem participação; se você quer fazer as coisas sozinho, você não consegue, esquece. Você tem que ter uma equipe, tem que ter participação, apoio, discussão do que é melhor pra mim e do que é melhor pra você. A gente se reunindo acaba chegando num lugar coletivo, numa direção só. Foi o que a gente escolheu na comunidade, eu falo de coração: a minha comunidade do Tamarutaca, eu não abandono!"

Pedrina, avalia, no entanto, que ainda há falta de políticas públicas para moradores da comunidade:

"Eu peguei um projeto tão lindo (Criança Cidadã), que fez a diferença na vida de tantas pessoas, e eu hoje eu vejo que tantos outros adolescentes estão aí, e poderiam de alguma maneira estarem envolvidos em algo, investimento em políticas públicas. Convidei o grupo de mulheres do Negra Sim no Dia do Samba, fizemos oficina de turbantes e falamos sobre a história das mulheres negras".



Moradores mais antigos
FONTE: MDDF

IN MEMORIAM



Carlos Miaciro

FONTE: MDDF



Antônio Dias Sales

FONTE: Arquivo familiar



Maria Alaíde da Conceição

FONTE: MDDF

REFERÊNCIAS

CMSA - Plano de Urbanização e Regularização Jurídica da Zona Especial Interesse Social, ZEIS A - 30, do Núcleo Tamarutaca, nos termos da Lei nº 8.869, de 18 de julho de 2006 e da Lei nº 9.066, de 04 de julho de 2008 regulamentado através do Decreto nº 17.842, de 15 de dezembro de 2021.

Fonte:<http://www4.cmsandre.sp.gov.br:9000/imprimir/29813/original>

GESINA, Márcia Oliveira. Relatório Técnico do Programa Mais Igual. APD – Comissão Europeia e Prefeitura de Santo André. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LARANGEIRA, Adriana Araújo. Estudo de caso: PROGRAMA SANTO ANDRÉ MAIS IGUAL; intervenções em Sacadura Cabral, Tamarutaca, Capuava e Quilombo II – Santo André – SP / Adriana Araújo Laranjeira, Tânia Castro. Supervisão de Marlene Fernandes. Coordenação de Carlos Alberto Arruda. – RJ: IBAM/CEF, 2003.

MEDICI, Ademir. Artigo sobre a cidade de Santo André. Diário do Grande ABC, Santo André, 16 abr. 1998. Coluna Memória. NAKANO, Marilena. Apresentação do Projeto Leitores e não-leitores de territórios vulneráveis iluminando as discussões sobre o sistema de bibliotecas, livro, leitura e literatura. Contato: Rede Beija-Flor .

PESSOLATO, Cintia. Conjunto IAPI Vila Guiomar, Santo André – SP: projeto e história. Dissertação Mestrado. FAU-USP, 2007.

PEREIRA, José Abílio Belo e outros. Caderno de Planejamento de Bairro: Vila Alpina e Vila Guiomar. Coordenadoria de Planejamento. Departamento de Planejamento Urbano – Prefeitura de Santo André: 1992.

PINTO, Matheus Gracioso. Urbanização de favelas e o tratamento da precariedade habitacional, Trabalho de iniciação científica BPT/UFABC 2019.

PINTO, M. G.; DENALDI, R. A política de urbanização de favelas no município de Santo André e as intervenções na Favela Tamarutaca. Oculum Ensaios, v. 20, e235573, 2023. <https://doi.org/24220/2318-0919v20e2023a5573>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Registro fotográfico [cedido por Alexandra Reschke]. Santo André: PMSA-Departamento de Habitação, 1989b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Santo André Mais Igual: Programa Integrado de Inclusão Social. Santo André: PMSA, 2002.

SILVA, Edvaneide, O trabalho da Pastoral da Criança na prevenção de DST/AIDS na Comunidade Tamarutaca em Santo André. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social. FAPSS, 2015.

TEIXEIRA, Francisco. Fundação do ABC: 40 anos, São Paulo, Artemeios, 2007.

VIRGÍLIO, Marcos. Modos de Morar - Trabalhadores, Comunidades, Culturas

Fonte: Modos de Morar

Logradouros Vila Guiomar, Tamarutaca. Lei Ordinária Nº 10677, de 05/07/2023 (Em Vigor) , acesso em 29 de novembro de 2024.

Logradouros Vila Guiomar, Tamarutaca. Lei Ordinária Nº 8649, de 02/07/2004 (Em Vigor) , acesso em 29 de novembro de 2024.

VÍDEOS

BUENO, Eduardo - A história da primeira favela do brasil - Página: <https://youtu.be/9fx9p-tvD0s?si=WUWt9lf-l7S9ocbp>

BUENO, Eduardo. O avanço das favelas – Página: https://youtu.be/ye-YmqnI2IA?si=QD2Aimug6Ei_oPKT

FONTES DOCUMENTAIS

MUSEU DE SANTO ANDRÉ DR. OTAVIANO A. GAIARSA

Cadernos do Programa Viva Cidade, documentos diversos (Bairro Príncipe de Gales, Centro, Vila Val Paraiso, Vila Palmares). Coordenação Ademir Medici (1990).

O Sítio Tangará e a Vila Mimosa: aspectos históricos da família Murray e sua relação com o município de Santo André. TOLEDO, Michael (estagiário de história) e Suzana Kleeb (historiadora), 2009.

Seleção de imagens consultadas do acervo em 2024, citados na página 15, Legendas nº 29 e 30.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

Processo administrativo nº 3.130/79, Encarregatura de Patrimônio - Prefeitura de Santo André.

“Tamarutaca - Memória e história de sua gente”, quer registrar a história oral dos moradores de uma das maiores favelas do município de Santo André, atualmente com 1.266 domicílios (Sumário de Dados da Prefeitura de Santo André, 2022). Uma noite para falar, ouvir e relembrar passagens importantes da Favela Tamarutaca, de Santo André, a partir da memória de seus moradores mais antigos, marca a retomada do projeto “Tamarutaca - Memória e história de sua gente”, que resgata, por meio da história oral, as lutas e conquistas da comunidade desde seu surgimento, na década de 1970. A reunião desses personagens, que têm colaborado com a pesquisa da história local, aconteceu no dia 12 de março de 2024, na sede da igreja Assembleia de Deus da comunidade. Na reunião, os moradores tiveram a devolutiva da coordenação do projeto sobre os resultados de parte da pesquisa e puderam validar e complementar as informações e os dados. **O “Tamarutaca - Memória e história de sua gente” é um projeto do Movimento de Defesa dos Direitos de Moradores de Favelas de Santo André – MDDF, contemplado com recursos do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e o Programa de Ação Cultural – ProAC.”**

Para mais informações, acesse:



mddf@mddf.org.br



@mddfsantoandre

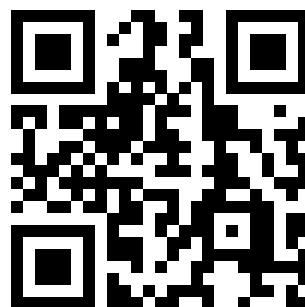


mddfsantoandre2



55 11 91607-5032

ACESSE PELO QR CODE A VERSÃO
EM PDF GRATUITAMENTE



www.mddf.org.br/tamarutaca-2

